

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ROSELI HELENA DE SOUZA SALGADO**

**O ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**  
**NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**CAMPINAS**

**2009**

ROSELI HELENA DE SOUZA SALGADO

**O ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO  
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Akira Goto

CAMPINAS

2009

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**"O Ensino de Filosofia da Educação no Contexto da Educação a  
Distância"**

**Autor: Roseli Helena de Souza Salgado  
Orientadora: Prof. Dr. Roberto Akira Goto**

**Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação  
defendida por Roseli Helena de Souza Salgado e aprovada pela  
Comissão Julgadora.**

**Data: 11/01/2010**

**Assinatura: *Roberto Goto* .....**

**Orientador**

**COMISSÃO JULGADORA:**

*Roberto Goto*  
\_\_\_\_\_  
*[Assinatura]*  
\_\_\_\_\_  
*[Assinatura]*  
\_\_\_\_\_

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**  
Bibliotecário: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

Sa32e	Salgado, Roseli Helena de Souza. O ensino de filosofia da educação no contexto da educação a distância / Roseli Helena de Souza Salgado. -- Campinas, SP: [s.n.], 2009.
	Orientador : Roberto Akira Goto. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
	1. Filosofia da educação. 2. Educação à distância. 3. Ensino. 4. Filosofia. I. Goto, Roberto Akira. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	09-334/BFE

**Título em inglês:** Teaching philosophy of education in the context of distance education

**Keywords:** Philosophy of education;

**Área de concentração:** História, Filosofia e Educação

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:** Prof. Dr. Roberto Akira Goto (Orientador)  
Prof. Dr. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda  
Prof. Dr. Adolfo Ramos Lamar  
Prof. Dr. Fernando Roberto Campos

**Data da defesa:** 11/01/2010

**Programa de pós-graduação :** Educação

**e-mail :** [rhsalgado@terra.com.br](mailto:rhsalgado@terra.com.br)

## AGRADECIMENTOS

Pela paciência e compreensão:

Roberto Goto, dedicado mestre.

Pelo apoio amoroso e incondicional:

Meus pais.

Pela preocupação constante:

Fábio.

Por ser a razão pela qual eu nunca desisti:

Minha filha.

Pela proteção e carinho:

Edmar, Cris e as meninas.

Pela generosidade com que acolheram esse estudo:

Silvio Gallo, Carlos Miranda, Adolfo Lamar, Fernando Campos.

Pela parceria e incentivo, desde os tempos de FAFE:

Aida, Rosilda e Sandra.

Às parceiras, cúmplices e companheiras de luta dessa empreitada:

Meninas da DOT-P – Campo Limpo.

Este trabalho é fruto da contribuição de todos vocês!

# SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1- NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
O que se deve entender por EAD	11
História da EAD no mundo	14
A EAD no Brasil	17
Desafios	25
Capítulo 2 - UM CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE EAD	
A instituição	27
O curso de Pedagogia	28
Os recursos	29
Os alunos	32
Os professores	36
A gestão	40
O Ensino de Filosofia da Educação	44
Capítulo 3 - PRESSUPOSTOS, EXIGÊNCIAS, FINALIDADES	
A Filosofia, o filosofar e o ensino de Filosofia	49
A Educação e a Filosofia da Educação	56
Capítulo 4 - CONCLUSÃO: POSSIBILIDADES, LIMITES, DESAFIOS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

**RESUMO**

**O ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO  
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

O presente estudo tem o intuito de investigar a possibilidade, os limites e desafios ao ensino de Filosofia da Educação e ao filosofar na EAD. Para isso, parte da história desta, passa pelo relato da experiência vivida como professora de Filosofia da Educação, no curso de Pedagogia ministrado na modalidade a distância, numa Universidade da rede privada, apontando os pressupostos, exigências e finalidades deste ensino e sua importância na formação do professor.

**Palavras-chave:** Filosofia da Educação. Filosofar. EAD. Ensino.

## **ABSTRACT**

### **TEACHING PHILOSOPHY OF EDUCATION IN THE CONTEXT OF DISTANCE EDUCATION**

This study has as intent to investigate the possibility, limits and challenges to the teaching of philosophy of education and philosophize in the EAD. To do this, this part of the story, through the account of experience as a teacher of philosophy of education, the pedagogy course taught in distance mode, a University private, pointing out the assumptions made, requirements and purposes of education and its importance in teacher education.

**Keywords:** Philosophy of Education. Philosophizing. EAD. Education.

## INTRODUÇÃO

A indagação que deu origem ao presente trabalho surgiu no contexto da experiência vivida como professora de Filosofia da Educação num curso de Pedagogia, na modalidade de Educação a Distância. Quando formulei o projeto de pesquisa, minha preocupação básica dizia respeito à seleção dos conteúdos: afinal, perguntava-me, o que se deve trabalhar nessa disciplina, na modalidade EAD? Os conteúdos podem ser semelhantes aos selecionados no ensino presencial ou têm suas especificidades? Além disso, o que se ensina no curso presencial pode ser aplicado no curso EAD? Não imaginava então a complexidade do tema, sua dimensão política e as polêmicas que causa, envolvendo críticas e comentários das mais diversas ordens.

Ao ingressar no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, cursando as disciplinas, conversando com o orientador e aproveitando as considerações feitas por colegas e professores nas Atividades Programadas de Pesquisa (APPs), percebi que há um problema que deve ser tomado como mais fundamental que o primeiro, na medida em que o antecede na ordem lógica e que pode ser expresso pelas seguintes questões: é possível ensinar Filosofia da Educação na modalidade EAD e, mais especificamente, ensinar a filosofar sobre a educação? Se é possível, até que ponto?

Esta dissertação é, em sua essência, o resultado e o reflexo dos caminhos (e, por vezes, também os desvios) trilhados na busca de respostas a tais questões. O ponto de partida foi – ou melhor, tem sido – a experiência mencionada logo acima. Então, adotando a realidade vivida como princípio a ser investigado e acompanhando sua variedade e movimento, inquiri e examinei minha prática como professora de Filosofia da Educação num contexto de Educação a Distância. Nessa trajetória, notei que aquela primeira pergunta a respeito da seleção de conteúdos, vinha sendo respondida no e pelo próprio trabalho de organização e implantação da disciplina no curso de Pedagogia que constitui o objeto de análise crítica do presente texto. Havia, portanto, todo um conjunto de condições compondo um processo que devia ser relatado antes de se discutir o problema central, concernente à questão das possibilidades e limites do ensino de Filosofia da Educação na modalidade de EAD.

Desse modo, inicio o trabalho expondo um breve histórico da Educação a Distância, passando em seguida a descrever a estrutura de um curso de pedagogia a distância, incluindo em

tal descrição o relato de minha experiência. Feito isso, relaciono e examino algumas concepções a respeito da Filosofia, do filosofar e da Filosofia da Educação buscando definir os pressupostos, exigências e finalidades que devem pautar o ensino da disciplina na EAD. Finalmente, discuto e reflito sobre o impacto desses desafios na realidade descrita e relatada anteriormente.

O texto final, obedecendo à ordem acima mencionada, foi dividido nos seguintes capítulos:

- 1** – No contexto da Educação a Distância
- 2** – Um curso de Pedagogia na modalidade EAD
- 3** – Pressupostos, exigências, finalidades
- 4** – Conclusão: Possibilidades, limites, desafios

# Capítulo 1

## NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

### O que se deve entender por EAD

Definir o termo educação a distância não é tarefa simples, começando por pensar se o que ocorre nesta modalidade é educação, ensino, aprendizagem, ou os três. Para Chaves,

o que pode ocorrer a distância é o ensino, não a educação ou a aprendizagem: estas ocorrem sempre dentro do indivíduo e, portanto, não podem ser "remotizadas". O ensino, entretanto, pode. Daqui para frente, portanto, vou falar apenas em Ensino a Distância (EAD), nunca em Educação a Distância ou Aprendizagem a Distância, que são expressões que, para mim, não fazem sentido.<sup>1</sup>

Por outro lado, os documentos oficiais<sup>2</sup> usam o termo ensino e educação indistintamente. No caso desta pesquisa, optou-se pela denominação educação a distância, pois o curso, objeto do presente estudo, segue as diretrizes e legislações vigentes, nas quais predominam esta nomenclatura.

No artigo 1º do Decreto 5.622/05, a EAD está definida como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

Ao se conceituar EAD é comum a tendência em partir do ensino convencional, como parâmetro de comparação e desse ponto traçar uma definição. Mas, de um modo geral, as diversas concepções destacam o termo distância como elemento marcante, apontando o espaço que aparta professores e estudantes como a especificidade da EAD, simultaneamente a uma separação no tempo, talvez a mais difícil de lidar, especialmente por parte dos alunos.

Na EAD, embora alunos e professores não ocupem o mesmo espaço, podem se comunicar de lugares diferentes. Para não incidir no equívoco de opor EAD ao ensino presencial é importante que se explicita que no primeiro há uma presença, porém, de caráter virtual,

---

<sup>1</sup> CHAVES, Eduardo O. C. **Tecnologia na Educação, Ensino a Distância, e Aprendizagem Mediada pela Tecnologia: Conceituação Básica** Disponível em <http://chaves.com.br/TEXTSELF/EDTECH/EAD.htm#1>. Educação, Aprendizagem e Ensino. Acesso em: 30 novembro.2009.

<sup>2</sup> Especialmente a LDB nº 9.394/96, artigo 80.

propiciando encontros diferentes dos convencionais, mas que também possibilitam trocas e interações.

Com relação ao tempo, podem-se classificar as atividades em síncronas (nas quais professores e alunos precisam estar conectados na mesma hora, como bate-papos, aulas satélites ao vivo, vídeos-conferência interativas) ou assíncronas (professores e alunos separados no tempo). O tempo pode também ser real ou virtual. O primeiro mede as aulas presenciais, ligadas às atividades síncronas. O segundo refere-se ao uso diferenciado do tempo por parte dos alunos e da comunicação assíncrona. Se bem aproveitado, o tempo pode ser utilizado em favor do ritmo do aluno, respeitando suas condições.

Nos cursos a distância, o tempo se reveste de ampla flexibilidade, possibilitando a adequação das situações pessoais, familiares e profissionais às exigências do curso pretendido. No entanto, a EAD não representa uma solução simples para quem não tem tempo para um curso presencial. A modalidade de educação a distância proporciona uma certa plasticidade por superar a questão do espaço e não a falta de tempo. (OLIVEIRA, 2008, P. 85)

Na realidade, a EAD segue em muitos aspectos o modelo curricular do ensino formal, incorporando a organização fragmentada dos cursos em disciplinas oferecidas em sequência cronológica, com carga horária, horas-aula e prazos definidos pela instituição, o que demanda um planejamento que, além desses aspectos, deve incluir o modo de acompanhamento e supervisão das aprendizagens dos alunos por parte dos professores. Ou seja, predomina uma ênfase no ensino com seus diversos processos (planejamento, elaboração de materiais, estratégias, recursos disponíveis e outros) e pouca discussão/produção acerca das aprendizagens (pouco se sabe do estudante). Este aspecto, no entanto, precisa ser mais cuidado, pois é imprescindível conhecer o aluno que, por algum motivo, dá preferência a essa modalidade de ensino para sua formação.

Nesse sentido, a definição abaixo traz uma visão de EAD voltada para essa abordagem:

EAD é uma metodologia desenhada para **aprendentes adultos**, baseada no postulado que, estando **dadas sua motivação** para adquirir conhecimento e qualificações e a disponibilidade de materiais apropriados para aprender, eles estão aptos a terem êxito em um modo de **auto-aprendizagem**.(grifos meus) (TRINDADE, apud BELLONI, 2003, p. 33).

Isto posto, a organização didática do curso poderá seguir algumas tendências mais favoráveis ao sucesso acadêmico dos estudantes. Por outro lado, essa concepção pode ser problematizada caso se considere que educação,

não é, simplesmente, conduzir as práticas com base nos desejos dos alunos, mas a de mostrar que vale a pena desejar, de tal modo que isto crie novos desejos e estimule novos interesses. (PETERS, apud CATANI, 2001, p. 118)

Além disso, na realidade, o aluno nem sempre tem as características apontadas na definição de Trindade, o que acaba determinando um modelo mais focado no ensino do que nas aprendizagens, ficando a educação – essa entendida como um processo interno e complexo, nem sempre mensurável ou perceptível de imediato – mais distante do modelo de EAD que predomina no Brasil, no qual o ensino é o aspecto mais favorecido, o que converge para os apontamentos de Chaves.

De fato, entre as definições de EAD predomina a tecnologia educacional como seu elemento definidor, sem discriminar as características do estudante ou mesmo da educação, o que é um marco na história da EAD. Os documentos que tratam do assunto pautam seu progresso no desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), desvinculado dos avanços educacionais e das transformações nos sistemas de ensino.

Uma abordagem diferenciada acerca do assunto é feita por Peters (1983) citado por Belloni (2003, p. 10), que define EAD dentro de paradigmas econômicos, entendendo esta como

uma forma de estudo complementar à era industrial e tecnológica – uma forma industrial de educação – e, portanto, o “ensinar” a distância é também um processo industrial de trabalho, cuja estrutura é determinada pelos princípios do modelo fordista [...] dentre eles destaca três: racionalização, divisão do trabalho e produção de massa. [...]

Trata-se de uma abordagem polêmica e crítica à EAD, que contém um entendimento diverso daquele com o qual continuamente se depara, cujas definições restringem esta às tecnologias de forma asséptica e ingênua. O fato é que, embora as tecnologias tenham sido determinantes na evolução e diversificação dos recursos utilizados na EAD, essas mudanças não ocorreram descoladas de um contexto político-econômico que acabou por favorecer seu desenvolvimento/evolução.

È importante destacar que o uso das novas tecnologias não garante ou implica em inovação educacional, pois a grande mudança envolveria o modo como esses meios são aplicados. “O salto transformador depende da forma como os instrumentos tecnológicos são utilizados para superar a reprodução do conhecimento e contribuir com a produção de um saber significativo e contextualizado”. (OLIVEIRA, 2008, p. 32)

Fagundes (1996) citado por Oliveira (2008, p. 75) adverte “que nunca é demais enfatizar que a EAD precisa ser realizada como educação e não como um simples processo de ensino e, muito menos, como uma tecnologia educacional.”

Este preâmbulo se faz necessário antes de apresentar a evolução histórica da EAD, pois este se pauta, eminentemente, no desenvolvimento das tecnologias, abordagem esta que não está muito preocupada com as questões ideológicas nas quais esses fatos estão imbuídos, pois nesta visão a EAD não passa de um modo de se fazer educação apoiado em aparatos tecnológicos.

## **Histórico da EAD no mundo**

Nas pesquisas realizadas nesse estudo, depreende-se que em seus primórdios, a EAD visava ao atendimento de um público distante social e geograficamente, embora sem características muito definidas. Tratava-se de cursos livres. Só muito depois se chegou a um modelo devidamente regulamentado.

Historicamente, a escrita foi a primeira tecnologia facilitadora da EAD, permitindo o ensino por correspondência. Com o desenvolvimento da tipografia, a produção de livros – considerados os mais importantes recursos tecnológicos de acesso ao conhecimento, antes das novas tecnologias – constituiu-se também num importante recurso de EAD de massa, não necessitando da correspondência para ser adquirido. Contudo, entre os pesquisadores do assunto, a correspondência é considerada como um primeiro estágio da EAD.

Aliás, vários autores indicam que a evolução histórica da EAD está organizada em ondas ou gerações: a primeira marcada pelo ensino por correspondência; na segunda, também chamada de ensino multimídia a distância, onde predominaram as mídias de transmissão, primeiramente o rádio, seguido da televisão e dessa para as teleconferências, com a transmissão de programas educacionais via satélite. O desenvolvimento das TICs, determinado pela evolução da fibra ótica, desencadeou a terceira geração de EAD, onde se tem o uso de ambientes virtuais de

aprendizagem, uma modalidade que se agrega às anteriores. A partir do início do século XXI, alguns autores apontam a quarta e quinta gerações, destacando o uso da inteligência artificial e realidade virtual. Torres e Fialho (2009, p. 457), indicam que “na quarta geração tem-se o aluno interagindo diretamente com a máquina que gerencia a aprendizagem e na quinta geração, a aprendizagem ocorre por meio de imersão em ambientes com realidade virtual”. Aqui se vai do *CD-ROM* à aprendizagem por *e-learning* e *m-learning*<sup>3</sup>.

Começando pela primeira onda, se considerarmos que a Educação por Correspondência é ancestral direta da EAD, podemos ponderar que essa modalidade inicia sua história em 1728<sup>4</sup>, cuja primeira notícia que se registrou foi o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (20 de março de 1728, na *Gazette* de Boston, EUA). Ele enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos. Depois, em 1840, na Grã-Bretanha, Isaac Pitman ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência. Tal experiência se expandiu para outros temas, como preparação para concursos públicos (Skerry’s College, 1880, EUA), contabilidade (Foulkes Lynch Correspondence Service, 1884, EUA) e segurança de minas (Thomas J. Foster, EUA). No início do século XX, as universidades de Oxford e Cambridge, na Grã-Bretanha, ofereceram curso de extensão por correspondência, o que ocorreu também nos EUA, Alemanha e Austrália. Simultaneamente, novas mídias propiciaram a expansão da EAD. Em 1928, a British Broadcasting Company (BBC) começou a promover cursos para educação de adultos usando o rádio o que se expandiu para outros países, com esse mesmo propósito, inclusive no Brasil.

Do início do século XX até a Segunda Guerra Mundial foram se aperfeiçoando as metodologias aplicadas ao ensino por correspondência, as quais depois sofreram forte influência dos novos meios de comunicação de massa e outras tecnologias, inclusive o telefone. Destaca-se aqui, a experiência de Fred Keller para ensino da recepção do Código Morse aos recrutas norte-americanos. Contudo, o grande estímulo a EAD ocorreu a partir da década de 60, por meio de várias ações no nível da educação secundária e superior, iniciando-se na França e Inglaterra, expandindo-se para outros países. Atualmente, mais de 80 países adotam a EAD em todos os níveis, com destaque para o largo uso desta na formação de professores em serviço, bem como, o grande investimento que muitas empresas fazem em programas de treinamento de recursos

---

<sup>3</sup> A aprendizagem por *e-learning* é propiciada por ambientes educacionais oferecidos on-line; aprendizagem por *m-learning* (*mobile-learning*) é a aprendizagem móvel ou aprendizagem em movimento tendo o telefone celular como a base para sua implementação.

<sup>4</sup> Pode haver alguma divergência acerca das datas, mas o intuito nessa pesquisa é de apenas situar cronologicamente as tecnologias que contribuíram para a evolução da EAD.

humanos. Cabe destacar o uso da televisão nessa modalidade de ensino: de meados da década de 1960 até 1980 quando predominou a TV educativa<sup>5</sup>.

Na década de 1970, criou-se na Inglaterra a *Open University* (Universidade Aberta), inspiradora à criação de muitas outras universidades de ensino a distância, as quais continuam a crescer em várias partes do mundo. Importante salientar que, quando de sua fundação, enfrentou todo tipo de preconceito proveniente da comunidade pedagógica e a solução, nas palavras da Rainha Elizabeth II, foi a

contratação dos 500 melhores professores universitários da Grã-Bretanha. Coube a eles não apenas a elaboração dos módulos (*units*) distribuídos pelo correio, mas também o controle de toda a avaliação do processo, a fim de não correr nenhum risco em termos de qualidade. O resultado não poderia ter sido mais auspicioso. (Niskier, 2009, p. 29).

A experiência britânica, com mais de 100 mil alunos, “configura-se como um paradigma desse tempo, tanto por qualidade e respeitabilidade quanto pelo método de produção de cursos, a forma de articular as tecnologias comunicativas existentes e a preocupação com a investigação pedagógica”. (NUNES, 2009, p. 7).

Por volta de 1995, com o avanço das tecnologias da informação e comunicação e o desenvolvimento da Internet, passou-se a conviver com a educação a distância on-line, tida como interativa, participativa, mais flexível, adaptável às condições e necessidades do aluno, podendo ocorrer no lar, no local de trabalho ou em polos definidos. Nesse contexto, muitas universidades tradicionais, governos e empresas privadas voltaram seus investimentos para essas experiências.

Atualmente, muitos países, não necessariamente os mais desenvolvidos, investem nessa modalidade de ensino. Há instituições que oferecem programas que vão desde a formação técnica até a graduação e a pós-graduação. Muitas delas voltam-se exclusivamente para esta modalidade de ensino: são as denominadas *click universities*, não constituem *campi*. Existem também muitas universidades que funcionam de forma mista: uma parte de seus cursos é a distância e outra parte é presencial.

Em todos os continentes a EAD está presente<sup>6</sup>, expandindo-se mais a cada dia, com destaque para determinados países.

---

<sup>5</sup> Cf. NUNES, Ivônio Barros. *A história da EAD no mundo*. In: LITTO, Fredric M. e FORMIGA, Marcos (orgs.). *Educação a Distância- o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

## A EAD no Brasil

No Brasil<sup>7</sup>, a EAD não difere da tendência mundial. A primeira experiência data do final do século XIX. Tratava-se de um curso de datilografia por correspondência (especialmente ferrovias), anunciado por meio de jornal. Em 1904, foram oferecidos cursos de Espanhol por correspondência. Entretanto, nessa época, havia pouco incentivo para a educação a distância e os correios enfrentavam muitas dificuldades, o que reduziu essas ações a ínfimas experiências.

No ano de 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, liderada por Henrique Morize e Roquette-Pinto, ofereceu cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Inicia-se a educação pelo rádio. Em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, os educadores defendiam o uso dos recursos de rádio, cinema e impressos na educação brasileira. Em 1936, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi doada ao Ministério da Educação e Saúde que criou no ano seguinte seu Serviço de Radiodifusão Educativa.

A partir de 1939, o Instituto Rádio Técnico Monitor passou a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes por correspondência. Em 1941 foi fundado o Instituto Universal Brasileiro, marcando o investimento da iniciativa privada nesse tipo de ensino. Ao lado de outras organizações similares que até hoje oferecem cursos profissionalizantes a distância, os dois institutos já formaram mais de quatro milhões de pessoas, possuindo atualmente cerca de 200 mil alunos. Eles oferecem cursos de Auxiliar de Contabilidade, Desenho Artístico e Publicitário, Fotografia, Inglês, Violão e Supletivos. O principal recurso didático são as apostilas enviadas pelo correio. Até hoje, quando a Internet é vista como principal ferramenta da EAD, as duas entidades ainda optam por transmitir suas aulas por apostilas enviadas pelo correio. O motivo é o perfil do público atendido. Marcos Palhares, responsável pelo departamento de marketing do Instituto Monitor explica: “São pessoas na maior parte empregadas, com certa escolaridade –

---

<sup>6</sup> Optei por citar as experiências mais famosas, mas há outras situações, em vários países, de investimentos e avanços na EAD, dentre eles, Cuba, Venezuela, China, Espanha, Portugal, Japão, Indonésia, Canadá, Austrália, Rússia, Índia, Bangladesh e Nova Zelândia.

<sup>7</sup> Cf. ALVES, João Roberto Moreira. *A história da EAD no Brasil*. In: LITTO, Fredric M. e FORMIGA, Marcos (orgs.). *Educação a Distância - o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. Também: MAIA, Carmem e MATTAR, João. *ABC da EAD – A Educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson, 2007.

Ensino Médio –, mas que buscam um registro profissional. O computador restringe a possibilidade de estudo. Com as apostilas, o aluno pode estudar no ônibus, por exemplo”<sup>8</sup>.

Em 1943, no Brasil, havia iniciativas educacionais a distância de caráter religioso, baseadas em um modelo criado nos Estados Unidos. Tratava-se de séries bíblicas transmitidas por meio do rádio, constituindo-se mais tarde no Sistema Adventista de Comunicação, com programas conhecidos como *A Voz da profecia*. Ainda hoje há inúmeros estudos bíblicos por correspondência, desenvolvidos por comunidades religiosas<sup>9</sup>.

Em 1947, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC) fundaram a emissora *Universidade do Ar*, com o objetivo de propiciar cursos comerciais pelo rádio. Os programas, gravados em discos de vinil, eram repassados às emissoras que programavam as transmissões das aulas nos radiopostos, três vezes por semana. Em dias alternados, os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios, com o auxílio dos monitores. Na década de 1950, a Universidade do Ar chegou a atingir 318 localidades e oitenta mil alunos. O SENAC, de 1988 até hoje, em convênio com outras instituições, promove cursos informatizados a distância.

No ano de 1960, iniciou-se uma ação sistematizada do Governo Federal em EAD. O Ministério da Educação (MEC) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fecharam um acordo visando à expansão do sistema de escolas radiofônicas aos estados nordestinos, o que fez surgir o Movimento de Educação de Base (MEB), sistema de ensino a distância não-formal, cujo objetivo era a alfabetização de jovens e adultos.

De 1966 a 1974, instalaram-se oito emissoras de televisão educativa: TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul. Em 1967, foi criada a Fundação Padre Anchieta mantida pelo Estado de São Paulo com o objetivo de promover atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão. Suas transmissões foram iniciadas em 1969. Ainda em 1967 foi constituída a Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM - RS), instituição privada, sem fins lucrativos, que promovia a educação de adultos através de teleeducação por multimeios. Também em 1967 foi realizado o experimento educacional do

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.unimesvirtual.com.br/acontece/017.htm>, acesso em 28 maio.2009.

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=ensino+biblico+por+correspond%C3%A2ncia&btnG=Pesquisar&meta=>, acesso em 29 maio.2009.

Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), um projeto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ligado à Presidência da República, com o objetivo de oferecer ao governo federal subsídios para a implantação de um sistema de teleeducação, (como era chamada a educação à distância naquela época). O Projeto SACI, idealizado pelo doutor Fernando Mendonça, diretor geral do INPE, pretendia experimentar o uso de satélites em educação, transmitindo programas de rádio e televisão para escolas de 1º grau, escolhidas aleatoriamente entre todas as escolas municipais e estaduais. Tratava-se de uma idéia inovadora e pioneira, cuja meta era o uso dos meios de comunicação de massa em prol da prestação de serviços educacionais. O projeto foi encerrado em 1976. Vários fatores acabaram por abortá-lo: vivíamos uma ditadura e este era visto com desconfiança. Os parceiros do INPE não apoiaram a experiência e não havia recursos humanos qualificados. Investiu-se ainda, em 1973, no curso de mestrado em Tecnologia Educacional, mas em 1975, as pressões, dentro do próprio governo federal, eram enormes, no sentido de interromper a experiência do INPE e, embora os objetivos e metas do SACI ainda não tivessem sido alcançados, o projeto foi interrompido. Como não se podia jogar para o alto tudo o que tinha sido construído, um plano de sobrevivência começou a ocupar as mentes de pesquisadores, professores e alunos do mestrado e do Projeto SACI. A UFRN e a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEEC) receberiam os equipamentos que tinham sido usados na produção e transmissão dos programas de rádio e televisão e os receptores instalados nas quatrocentas escolas do projeto. Esse processo foi chamado de estadualização do Projeto SACI.<sup>10</sup>

Em 1970, por meio da Portaria Interministerial nº 408/70, iniciou-se em cadeia nacional o Projeto Minerva, irradiando os cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial produzidos pela FEPLAM e pela Fundação Padre Anchieta. As emissoras comerciais de rádio e televisão passaram a transmitir obrigatoriamente cinco horas semanais, distribuídas em 30 minutos diários, de segunda à sexta-feira ou em 75 minutos aos sábados e domingos. Em 1973, o Projeto Minerva passou a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau, fase II, envolvendo o MEC, PRONTEL, CENAFOR e Secretarias de Educação.

---

<sup>10</sup> Cf. ANDRADE, Arnon A. M. de. *Política e afeto na produção de identidades e instituições: a experiência potiguar*. Revista Brasileira Educ. nº 30, Rio de Janeiro, Sept./Dec. 2005 disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300011) Acesso em: 29 maio.2009

No início, os programas de rádio foram avaliados como chatos, cansativos e distantes da cultura das pessoas, oriundas das mais variadas regiões do país. Investiu-se em programas educativos com linguagem mais sugestiva, objetiva, direta e agradável.

Em 1971, nasceu a Associação Brasileira de Tele-Educação (ABT), passando em 1995 para uma nova organização: Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). Desde 1969, ela vem organizando os Seminários Brasileiros de Teleducação, hoje denominados Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional.

Em 1972, o MEC criou o Programa Nacional de Teleducação (Prontel) com o objetivo de coordenar as atividades de teleducação no País, o qual foi extinto em novembro de 1979 e substituído pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT). Sabedora das gestões iniciadas pela TVE do Rio de Janeiro, a SEAT convocou, em dezembro de 1979, todas as emissoras para uma reunião que resultou na criação do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINTED), que teve respaldo legal, por meio da Portaria MEC/MINICOM nº 162. Em 1983, com a inclusão das emissoras de rádio educativa, o Sistema passou a denominar-se Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED e foi regulamentado pela Portaria MEC nº 344<sup>11</sup>.

No ano de 1978, a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura/SP) e Fundação Roberto Marinho lançaram o Telecurso de 2º Grau, com programas televisivos apoiados por fascículos impressos, com o intuito de preparar o telealuno para os exames supletivos.

No período de 1979 a 1983, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), implantou em caráter experimental a pós-graduação Tutorial a distância administrada pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT) com o objetivo de capacitar docentes universitários do interior do país.

De 1983 a 1984, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da Fundação Padre Anchieta implantaram o “Projeto Ipê”, que consistia em cursos para atualização e aperfeiçoamento do Magistério de 1º e 2º Graus, utilizando-se de multimeios. Em 1991, o projeto sofreu uma reformulação passando a enfatizar os conteúdos curriculares, continuando a ser direcionado aos professores. Capacitou mais de 400 mil alfabetizadores do Estado de São Paulo, de 1984 a 1992, e foi um dos precursores do TV Escola.

Em 1991, a Fundação Roquete-Pinto, a Secretaria Nacional de Educação Básica e Secretarias Estaduais de Educação implantaram o Programa de Atualização de Docentes,

---

<sup>11</sup>Disponível em <http://www.fndc.org.br/arquivos/HistoriaTVEducativa.doc> Acesso em: 29 maio.2009

abrangendo as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental e alunos dos cursos de formação de professores. Em sua segunda fase (1995), o projeto ganhou o título *Um salto para o futuro*, sendo incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação), tornando-se um marco na EAD. O programa atinge hoje mais de 250 mil docentes em todo o país.

Embora a maioria das ações educativas na modalidade EAD esteja voltada, prioritariamente, para o Ensino Fundamental e Médio, cursos de especialização e capacitação de professores, o Ensino Superior também foi atendido com as novas tecnologias da informação e da comunicação. A Universidade de Brasília foi precursora no uso da EAD no Ensino Superior, por meio do Programa de Ensino a Distância (PED), que ofereceu cursos de extensão universitária em 1979. Em 1989, a UNB criou o Centro de Educação Aberta (CEAD), com uma linha de trabalho que prevê a utilização de várias mídias como web, cd-rom, material impresso, correio, telefone, fax, e-mail, internet e hoje oferece cursos de graduação, extensão e especialização.

Com o aperfeiçoamento das tecnologias da informação e comunicação, a EAD se expandiu, especialmente, no Ensino Superior. Oficialmente, a EAD foi incorporada ao sistema de ensino pela LDBEN nº 9.394/96<sup>12</sup>, sendo normatizada pelo Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, pelo Decreto nº 2.561 de 27 de abril de 1998 e pela Portaria Ministerial nº 301 de 07 de abril de 1998. Pela primeira vez, na história da legislação ordinária, a EAD se converteu em objeto formal.

Após a promulgação da lei registraram-se as primeiras experiências bem-sucedidas, com o início da oferta de cursos de pós-graduação, em 1997. Porém, só em 1999 o Ministério da Educação (MEC) começou a se organizar para credenciar instituições universitárias para atuarem na EAD, processo que ganhou corpo em 2002.

De acordo com o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância 2007 (ABRAEAD, 2007), o número de instituições autorizadas pelo Sistema de Ensino (MEC e CEEs) cresceu 36% (de 166 para 225), enquanto o número de alunos que participaram dos processos educativos à distância, no período entre 2004 e 2006, aumentou 150%, passando de 309.957 para 778.458. Os cursos de graduação a distância cresceram 74% entre 2004 e 2005. No mesmo

---

<sup>12</sup> A LDBEN, em seu artigo 80, explicita que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

período, o número de vagas na graduação também deu um salto de 274%. Diante desses números constata-se que o processo de expansão é uma realidade inegável no Brasil.

A Internet foi um marco em favor da EAD, possibilitando o uso de ferramentas interativas, que propiciam o diálogo em tempo real entre alunos e professores. Isto suscitou novas reflexões acerca das práticas e metodologias de ensino, na medida em que a sala de aula e a escola deixaram de ser os principais espaços de aprendizagem. As instituições de Ensino Superior passaram a buscar mais recursos tecnológicos, demandando a apropriação desses recursos por seus profissionais, especialmente os professores. As mídias interativas favoreceram o reconhecimento, pelo Ministério da Educação, da possibilidade de ampliação da EAD, sendo que em 2001, o MEC publicou a Portaria nº 2.253, que permite, no Ensino Superior, a oferta de disciplinas a distância, compreendendo até 20% da carga horária de um curso. Em 2004, outra Portaria, a de número 4.059, passou a permitir a oferta de 20 % da carga horária dos cursos superiores na modalidade semipresencial.

O MEC regulamentou, por meio de Portarias, outros aspectos da EAD, como por exemplo, os ciclos avaliativos do Sistema Integrado de Administração Escolar (SINAE)<sup>13</sup>, o credenciamento de instituições para oferta de EAD e o funcionamento de polos de apoio presencial<sup>14</sup>.

Com relação aos cursos de pós-graduação, a Resolução nº 1 de 2001, do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu que “cursos de pós-graduação **stricto sensu**, compreendendo programas de mestrado e doutorado, são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação (art. 1º) e os cursos de pós-graduação *lato sensu* independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento” (art. 6º).

Atualmente muitas Instituições de Ensino Superior estão credenciadas para oferecer cursos a distância. O Governo do Estado de São Paulo está investindo nessa modalidade para que

---

<sup>13</sup> Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007, que trata do calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES para o triênio 2007/2009 . A avaliação dos cursos de graduação obedecerá o seguinte calendário: I - serão avaliados em 2007 os cursos das áreas participantes do ENADE 2004; II - serão avaliados em 2008 os cursos das áreas participantes do ENADE 2005; III - serão avaliados em 2009 os cursos das áreas participantes do ENADE 2006...

<sup>14</sup> Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007: Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.

No parágrafo 1º, artigo 2º define como polo de apoio presencial a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância.

Art. 3 ºA oferta de cursos superiores de EAD sujeita-se a pedido de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, dispensada a autorização para instituições que gozem de autonomia, exceto para os cursos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, na forma da legislação.

se amplie o número de universidades públicas oferecendo vagas. Trata-se da UNIVESP, uma ação cooperativa que integra cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* a distância das universidades de São Paulo (USP), Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Estadual de Campinas (Unicamp) e o Centro Paula Souza.

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED), em sua página na Internet, explicita a “intenção de investir na educação a distância e nas novas tecnologias como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira”.<sup>15</sup> Desses cursos faz parte a TV Escola, programa da mesma SEED, “à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores da Educação Básica e ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.”

Em 21 de junho de 1995, educadores interessados em educação a distância e em novas tecnologias de aprendizagem, fundaram a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) sociedade científica sem fins lucrativos voltada para o desenvolvimento da educação aberta, flexível e a distância. ABED é “membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e filiada a instituições internacionais entre as quais o *International Council For Open and Distance Education – ICDE*.” Compõe-se de pessoas físicas e jurídicas interessadas em colaborar na promoção da EAD. Seus objetivos principais são: estimular a prática e o desenvolvimento de projetos em educação a distância em todas as suas formas; incentivar a prática da mais alta qualidade de serviços para alunos, professores, instituições e empresas que utilizam a educação a distância; apoiar a “indústria do conhecimento” do país procurando reduzir as desigualdades causadas pelo isolamento e pela distância dos grandes centros urbanos; promover o aproveitamento de “mídias” diferentes na realização de educação a distância; fomentar o espírito de abertura, de criatividade, inovação, de credibilidade e de experimentação na prática da educação a distância.

Esta breve exposição não deixa dúvidas quanto aos avanços da EAD no Brasil, nas mais diversas dimensões: qualidade, regulação e quantidade. Há grande incentivo do governo federal, paralelamente à intensificação das fiscalizações. No entanto, tanto o governo quanto a iniciativa privada estão diante do grande desafio de melhorar a qualidade dessa modalidade de ensino.

Em 2007, o MEC publicou os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, relacionando, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e

---

<sup>15</sup> O Decreto nº 6.320, de 2007, regulamenta as competências da SEED.

infraestrutura. Apontando que para dar conta dessas dimensões, devem estar integralmente expressos no Projeto Político-Pedagógico de um curso, na modalidade a distância, os seguintes tópicos: concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; sistemas de comunicação; material didático; avaliação; equipe multidisciplinar; infraestrutura de apoio; gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira. Este documento

tem como preocupação central apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processos de educação a distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EAD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade.

Os Referenciais destacam alguns elementos que definem aspectos dessa qualidade, dentre eles: a interatividade e cooperação professor-estudante, tutor-estudante, professor-tutor e estudante-estudante, que devem estar “ancoradas em um sistema de comunicação que permita ao estudante resolver, com rapidez, questões referentes ao material didático e seus conteúdos, bem como aspectos relativos à orientação de aprendizagem como um todo”; o material didático que atenda às diretrizes do MEC, “estruturados em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do estudante, ampliando sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento; a disponibilidade de esquemas alternativos para atendimento de estudantes com deficiência; o planejamento e implementação de sistemas de avaliação próprios, incluindo ouvidoria, de forma a subsidiar o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e pedagógico, produzindo efetivamente correções na direção da melhoria de qualidade do processo pedagógico coerentemente com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), envolvendo estudantes, professores, tutores e quadro técnico-administrativo; o desenho de um processo contínuo de avaliação e qualificação com relação à organização didático-pedagógica, corpo docente, corpo técnico-administrativo, discentes, instalações físicas, inclusive nos polos presenciais que devem contar com boa infraestrutura (laboratório de informática, biblioteca e outros).

## Desafios

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, pode-se concluir que é difícil prever os possíveis avanços que ainda teremos nas formas de ensinar e aprender, considerando o aparato tecnológico que se aperfeiçoa a cada dia, cujo custo paulatinamente vai sendo reduzido, aproximando mais as pessoas desses recursos, incluindo os celulares utilizados nas aprendizagens por *m-learning*<sup>16</sup>, TV digital, etc.

A EAD alcançou um progresso muito rápido e intenso fora das escolas, faculdades e universidades, ou seja, no ambiente corporativo que valoriza muito o treinamento on-line. No Brasil, há uma demanda reprimida de alunos que, por questões econômicas, sociais e culturais não são atendidos. Esse é um dos grupos que se quer alcançar por meio da EAD, o que não é tão fácil quanto pode parecer se levarmos em conta que, num universo de 180 milhões de habitantes, há pouco mais de 25 milhões de brasileiros com acesso à Internet no Brasil (NISKIER, 2009), acrescido ainda do fato de que nessa revolução tecnológica no ambiente das TICs, prevalece o inglês como língua universal, o que contribui para acentuar o grande analfabetismo digital que paira em nossa sociedade. Portanto, a EAD nos moldes desse século também é um privilégio em termos educacionais. Ainda mais nesse momento que ela tem se flexibilizado e se tornado mais interativa por meio da aprendizagem *e-learning*.

Outro grande desafio imposto à EAD é propiciar elementos e recursos para que o aluno consiga converter as informações encontradas nos ambientes on-line em conhecimento. A questão, então, é definir que circunstâncias podem ser criadas para que essa construção do conhecimento ocorra na interação com os ambientes virtuais.

Atualmente, estamos caminhando para uma integração entre o ensino presencial e o a distância. Em muitas universidades do Brasil as duas formas de ensino ocorrem de forma híbrida (cursos híbridos, ou *blended learning*) com diferentes proporções de atividades virtuais, locais, ao vivo, a distância e presencial, implicando inclusive na mudança de nomenclatura.

Por tudo isso, o trabalho em EAD requer profissionais abertos a mudanças, dispostos para a inovação e cientes de que a mudança é o único fato previsível, mas sem abrir mão da incansável

---

<sup>16</sup> Fórmula abreviada de *mobile learning* - aprendizagem móvel ou aprendizagem em movimento. Esse *boom* tecnológico pode culminar na invasão de privacidade das pessoas, ferindo a liberdade delas, pois ao chegarmos à aprendizagem por *m-learning*, podemos ser localizados em qualquer lugar, a qualquer tempo, sem nos desligarmos nunca. Nesse sentido pode haver um excessivo e desnecessário controle sobre os indivíduos.

busca de garantia da qualidade para essa modalidade de ensino que, ao que tudo indica, parece ter vindo para ficar. Essa responsabilidade é de todos os envolvidos: dos alunos, no comprometimento e nos apontamentos dos dificultadores e facilitadores da aprendizagem; dos professores, enquanto espelho que são da instituição (quanto mais prontamente esclarecem as dúvidas e atendem aos seus alunos, melhor conceituada é a instituição); da instituição, em investir não só em tecnologia, mas acima de tudo em bons profissionais; do Estado, em acompanhar e avaliar as ações dessas instituições, dos profissionais que nelas atuam, bem como o desempenho dos estudantes egressos.

## Capítulo 2

### UM CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE EAD

#### A instituição

O curso de Pedagogia na modalidade EAD, objeto desta pesquisa, é mantido pela UNISA – Universidade Santo Amaro – criada em 1968, num bairro na zona sul da cidade de São Paulo, por um grupo de cidadãos das mais diversas áreas profissionais – tais como empresários, médicos, dentistas, professores. Em sua modalidade presencial, o curso de Pedagogia figura entre os primeiros que a Instituição implantou. Os demais foram: Medicina, Física, Matemática e Letras.

Ao longo da década de 1980, em sua região, a instituição foi referência na área de Biológicas, oferecendo gratuitamente atendimento médico, odontológico e psicológico à comunidade. Atualmente possui três *campi* na cidade de São Paulo e desde 2005 oferece cursos a distância no Distrito Federal e nos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

Os cursos de graduação mantidos pela instituição são numerosos, incluindo: na área de **Biológicas**: Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia; na área de **Exatas**: Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção, Matemática, Sistemas de Informação; na área de **Humanas**: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Publicidade e Propaganda, Pedagogia, Rádio e TV, Relações Públicas, Serviço Social e Turismo. A esses se acrescentam cursos tecnológicos: Alimentos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Comércio Exterior, Estética e Cosmética, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão da Qualidade, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Turismo, Gestão Financeira, Gestão Pública, Logística, Marketing, Radiologia, Segurança no Trabalho.

Já em nível de pós-graduação, a instituição prevê disponibilizar, de acordo com a demanda, os cursos de MBA em Empreendedorismo e Liderança nas Organizações, Gestão Estratégica de Marketing e Vendas, Gestão Estratégica e Recursos Humanos e Gestão de Finanças Empresariais.

Na modalidade da Educação a Distância predominam os cursos tecnológicos, as licenciaturas e alguns bacharelados, mas já se incluem alguns de pós-graduação *lato sensu* nas áreas de Educação e Administração.

Para selecionar os candidatos ao curso de graduação, a instituição leva em conta os resultados obtidos por eles no ENEM: nota igual ou superior a 40,0 (quarenta) na redação isenta o candidato de passar pelo processo seletivo; sem ENEM, há um exame presencial, mediante o qual deve-se elaborar uma redação, obtendo nota igual ou superior a 4,0 (quatro) pontos e uma avaliação dos resultados que obteve na 3ª série do Ensino Médio, ou equivalente, nas seguintes disciplinas: Português, Matemática, Língua Estrangeira e Comunicação Social (História ou Geografia).

A classificação final prioriza os candidatos portadores do boletim do ENEM, concorrendo os demais candidatos às vagas remanescentes.

O custo médio dos cursos de graduação a distancia varia em torno de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais. Na modalidade presencial a mensalidade é, em média, de R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais). No entanto, como algumas disciplinas são oferecidas a distância, é mais apropriado dizer que os cursos são semipresenciais<sup>17</sup>.

### **O curso de Pedagogia**

O curso de Pedagogia na modalidade à distância, da instituição acima descrita, teve início em outubro de 2005, com 50 alunos e, concluiu a formação de sua primeira turma, em outubro de 2008. Atualmente (2009) é frequentado por mais de 3.000 alunos, distribuídos por mais de 40 polos<sup>18</sup>, nos Estados já citados. O curso é dividido em módulos trimestrais. A cada trimestre abrem-se inscrições para o vestibular, podendo o estudante entrar em qualquer módulo (do I ao IV). No curso semipresencial, o processo de seleção é semestral.

---

<sup>17</sup> Segundo as portarias nº 2.253 e nº 4.059 do MEC, o curso pode ser flexibilizado em 20% da carga total. Sendo que algumas disciplinas podem ser oferecidas total ou parcialmente a distância.

<sup>18</sup> Os Polos Educacionais são espaços de atendimento aos alunos dos cursos a distância, localizados em diferentes cidades do território nacional, onde os estudantes assistem as aulas transmitidas via satélite, recebem orientação pedagógica e contam com atendimento técnico-administrativo. Além disso, os Polos dispõem de uma infraestrutura tecnológica que permite aos alunos continuarem os estudos a distância, utilizando computadores com acesso à Internet e recursos multimídia.

Em meados de junho de 2005, realizaram-se os primeiros treinamentos para a sua implantação. A instituição contratou o repórter Celso Freitas, âncora de jornais televisivos, que orientou os professores a respeito de vários procedimentos, desde o modo de mexer as mãos e o uso da maquiagem adequada até o tipo de roupa que se deve usar, envolvendo cor, estilo e acessórios. Contratou-se também uma fonoaudióloga para instruir sobre os cuidados que devem ser observados no emprego da voz. O treinamento, evidentemente, envolveu a utilização das ferramentas da EAD, tais como os programas *breeze*<sup>19</sup>, *smart board*<sup>20</sup>, TelEduc<sup>21</sup>, porém parte do trabalho se aprendeu por ensaio e erro, conforme o andamento do curso.

Os objetivos gerais e específicos do curso, explicitados no Projeto Pedagógico da instituição, conformam-se à Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, que estabeleceu as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia*.

## **Os recursos**

O curso dispõe de um estúdio de TV bem estruturado, onde se editam matérias para as aulas (se solicitadas), as quais podem ser na forma de entrevistas, filmagens, trechos de filmes ou outras produções que não impliquem no desrespeito aos direitos autorais. Quanto aos recursos estritamente didáticos, envolvem as *aulas web* e as *via satélite*, ambas apoiadas em uma apostila da respectiva disciplina, disponibilizada na WEB para leitura e impressão. As *aulas web* apresentam conteúdos e informações escritas, gravadas pelos professores, com apresentação de textos resumidos, esquemas de informações, imagens gráficas, cenas de filmes, entrevistas com personalidades e autotestes. Os materiais dessas aulas são colocados em *power point*, no programa *breeze*, com textos no campo de anotações, para alunos surdos, preferencialmente idênticos aos da fala. Estas aulas têm imagem, texto e voz, ajudando o aluno a estudar a apostila e a aprofundar os conteúdos. Detectou-se, no entanto, que a aprendizagem dos conteúdos por meio

---

<sup>19</sup> Um programa que nos permite preparar aulas Web, nas quais produzimos slides com efeitos, imagens e sobre os quais colocamos voz. Essas aulas ficam gravadas na página da disciplina na Internet podendo ser acessada pelos alunos quantas vezes considerarem necessário.

<sup>20</sup> Lousa interativa onde podemos escrever, destacar textos, projetar imagens, slides, nas aulas satélite (aulas apresentadas ao vivo).

<sup>21</sup> O TelEduc é um ambiente para a criação, participação e administração de cursos na Web. Ele foi concebido tendo como alvo o processo de formação de professores para informática educativa, baseado na metodologia de formação contextualizada desenvolvida por pesquisadores do NIED (Núcleo de Informática Aplicada à Educação) da Unicamp.

dessas aulas não é satisfatória no caso de alunos com dificuldade de acesso aos computadores, com programas de baixa memória ou potência, ou que utilizam a internet discada.

As aulas *via satélite* ocorrem num estúdio equipado para tal, com duração de 45 minutos. São apresentadas ao vivo, exibidas nos encontros presenciais, que ocorrem uma vez por semana, nos respectivos polos, em dias e horários previamente divulgados. Neles, os alunos assistem às aulas e fazem as atividades, cujas notas, associadas à da prova, compõem a média, que deve ser de, no mínimo, 5,0 (cinco) para aprovação. São aulas expositivas, com base no conteúdo da apostila, que contam com recursos iconográficos (incluindo trechos de filmes que ilustram os conteúdos apresentados), matérias jornalísticas etc.

Outro recurso é representado pelos *encontros on-line* que ocorrem por meio do portal da Universidade. Acessados após a aquisição de *login* e senha pessoal, constituem-se de *fóruns*, *correio*, *mural* e *bate-papos*. Os *fóruns* ocorrem nas aulas ao vivo, podendo ser acessados a qualquer momento. Para cada aula abre-se um *fórum*, esperando-se que o aluno trate de temas pertinentes ao que foi apresentado nela - o que nem sempre ocorre, pois acabam utilizando-o para tratar de qualquer assunto que considerem relevantes, até mesmo de ordem administrativa. Quando o *fórum* é proposto na aula ao vivo, o professor responde imediatamente; se é colocado posteriormente, responde-se no *ambiente do fórum*, mas todos os alunos podem visualizar, se desejarem<sup>22</sup>. Os *fóruns* devem ser visitados pelo professor em períodos de, no máximo, 48 horas.

O fórum constitui-se espaço comunicativo e coletivo disponível para todos os envolvidos no curso. No entanto, a motivação para os alunos participarem apresenta-se como um dos maiores obstáculos/desafios enfrentados. [...] Essa é uma questão cultural: medo de expor e dificuldade de disciplinar o tempo. [...] Participa quem tem uma intervenção explícita ou quem acompanha a discussão sistematicamente? (OLIVEIRA, 2008, p. 83)

Na prática, há muitos alunos que visitam os fóruns mas não se expõem, não deixando porém, de participarem ou estarem interessados sobre o que está ocorrendo.

O *correio*, por sua vez, só possibilita a interlocução entre duas pessoas: professor-professor, professor-aluno, aluno-aluno, aluno-administração. Por isso mesmo, permite tratar de assuntos mais restritos ou pessoais. Em sentido oposto, o *mural* é utilizado para recados coletivos, aos quais todos têm acesso. Regularmente, sua função é esclarecer dúvidas e orientar estudos. Quando os professores percebem dificuldades na realização de certas atividades,

---

<sup>22</sup> Um exemplo: determinado polo pediu uma indicação bibliográfica, eu a fiz e outros polos agradeceram, pois também se beneficiaram da informação.

distribuem, no *mural*, instruções para todos, além de lembretes - especialmente com relação a datas e horários de bate-papo.

Observam-se equívocos na utilização dessas ferramentas, pois assuntos que requerem respostas específicas e até pessoais são tratados no *mural*, dificultando o retorno ao interessado, ou nos *fóruns*, que todos podem acessar. A instituição tem buscado investir no uso correto e mais regular dessas ferramentas, tanto por parte dos professores, quanto dos alunos, o que corresponde à percepção de que atendimentos realizados com o menor intervalo de tempo possível aproximam o aluno dos estudos, qualificam melhor a instituição e reduzem a evasão.

Contudo, se todos os alunos utilizassem essas ferramentas, que é o desejável, a organização do curso teria de ser radicalmente reestruturada, pois em sua forma atual apenas o professor autor/tutor, responde a *fóruns*, *correios*, *murais* e entra no *bate-papo*. Exemplificando: na atualidade há mais de mil e quinhentos alunos num determinado módulo. Se todos eles resolvessem entrar simultaneamente no *bate-papo* (o que, teoricamente, é o esperado), o sistema entraria em colapso. Igualmente, se todos colocassem questões no *fórum*, os professores nada mais fariam senão responder-lhes, ou melhor, nem conseguiriam fazê-lo.

O *bate-papo*, por seu turno, ocorre uma vez por semana, quando o professor se apresenta para conversar com os alunos de sua disciplina, em horário previamente marcado e divulgado. Ainda pouco utilizado pela falta de hábito, por dificuldade de acesso ao computador, indisponibilidade de horário e outros motivos, é um recurso muito envolvente. Os alunos interessados, ou com disponibilidade, entram no *bate-papo*, conversam com o professor, tiram dúvidas das aulas, pedem esclarecimentos acerca das atividades, emitem opiniões, conversam entre si. Este ambiente se assemelha ao da aula presencial: alguns monopolizam a “fala”, outros permanecem na sala de *bate-papo* apenas como observadores, às vezes não dizendo mais que um “olá”, enquanto outros, ainda, conversam apenas com os colegas. Entretanto, sempre contam um pouco de suas vidas, tanto a pessoal quanto a profissional. É importante destacar que muitos alunos preferem o *MSN*, como ferramenta de conversação e trocas acerca das disciplinas às ferramentas do TELEDUC, talvez por estarem mais familiarizados. Até o *ORKUT* acaba sendo utilizado como meio de comunicação entre eles e com seus professores (quando esses o têm). Isso aponta para a necessidade de se incorporar a cultura do aluno nos ambientes colaborativos.

Dos recursos utilizados nesse curso a distância, apenas as aulas *via satélite* e os *bate-papos* acontecem de maneira síncrona. Os demais são assíncronos, sendo que as aulas *via satélite*,

excepcionalmente, em casos de problemas técnicos ou de impossibilidade do professor, são disponibilizadas em DVD para posterior acesso pelos alunos nos polos.

De tudo o que foi exposto, pode-se inferir que muitos ajustes precisam ser feitos. É significativo o número de alunos que não usa com regularidade as ferramentas da *web* por desconhecimento de como fazê-lo ou por dificuldade de acesso a um computador. A fugacidade do tempo, pois o módulo dura apenas três meses, compromete a retomada/revisão de conteúdos e esclarecimento de dúvidas. A Coordenação do curso, ciente dessas situações tenta amenizar os problemas, colocando aulas de orientação no ar, utilizando os intervalos para esclarecimento dos erros mais recorrentes, orientando os professores dos polos para uma atuação mais eficaz junto aos estudantes, enfim, algumas ações são efetuadas, porém existem problemas que ainda persistem e comprometem o sucesso do trabalho.

## **Os alunos**

O perfil do aluno optante da formação a distância ainda requer uma investigação mais apurada. Pode-se fazer algumas inferências considerando relatos e depoimentos postados nas ferramentas disponíveis na *web*. É significativa a quantidade de alunos egressos do Ensino Médio, o que pode ser deduzido pelo fato de muitos se beneficiarem da bolsa do PROUNI<sup>23</sup>, estes estão entre os mais jovens. Há também muitos professores em busca da graduação, exigência legal para prosseguirem na função após 2010. Outros são funcionários de escolas, ocupantes de cargos nas secretarias e serviços gerais. Vários alunos (não se sabe quantos exatamente) já estão cursando a segunda faculdade. Estes compõem um grupo formado por estudantes menos jovens. Logo, trata-se de um público bastante diversificado, fato que se

---

<sup>23</sup> O ProUni - Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, ele oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, o ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Disponível em: <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/ProUni/> Acesso em: 08 ago.2008.

O PROUNI tem ampliado a possibilidade de acesso à Universidade pelos alunos de baixo poder aquisitivo, tanto no ensino presencial, quanto na EAD.

intensifica ao considerarmos que temos alunos de todas as regiões do país com seus diferentes costumes, dialetos e formações.

Economicamente, têm baixo poder aquisitivo, o que é constantemente explicitado nas ferramentas *web*, onde expõem suas dificuldades financeiras em pagar mensalidades, acessar computadores, pagar custos extras decorrentes de ficarem em dependência nas disciplinas ou outros.

O desempenho acadêmico dos alunos não permite classificá-los simplesmente como bons ou ruins. Justamente pelo exposto, é bastante variado. Contudo, chama a atenção a severa dificuldade apresentada por muitos deles com relação às questões da Língua Portuguesa: erros ortográficos, dificuldade em expor e defender coerentemente uma idéia, vocabulário restrito, repetitivo e falta de repertório para atividades que impliquem em criação.

Esses alunos, numa quantidade expressiva, procedem de uma Educação básica de qualidade ruim: leem pouco e escrevem pior ainda. Sofrem visivelmente para interpretar uma epígrafe, um texto, e mais ainda, uma obra.

Reclamam demais quando se deparam com atividades consideradas difíceis, que requerem pesquisas e leituras em outras fontes que não a apostila da disciplina. Curioso é que embora estejam num curso cujo elemento fundamental seja o computador e a internet, alegam que têm dificuldade de acesso a estes, por motivos como: não têm o referido equipamento, o acesso à internet é precário (discada) ou lento, suas máquinas têm programas obsoletos que dificultam o acesso ao material disponível na *web* ou não sabem utilizar as ferramentas. Muitos são analfabetos digitais, o que compromete bastante suas avaliações, pois enviam atividades, mas não as anexam, ficando sem nota. Por isso, têm dificuldade em acessar com regularidade aos *fóruns*, *materiais de apoio*, *portfólios*<sup>24</sup>, *murais* e *correios* perdendo informações importantes para suas aprendizagens.

Geograficamente, estão espalhados por todo o país. Alguns chegam a percorrer 150 quilômetros para chegar ao polo, por isso admitem que ficar até às 23:00 horas assistindo às aulas não é uma constante e, embora as aulas ao vivo sejam ministradas uma vez por semana, nem isso parece ser garantido. Portanto, para muitos, o conteúdo de estudo fica reduzido ao material disponível na apostila, pois nem todos têm acesso regular às aulas *web*. Quanto às aulas via

---

<sup>24</sup> Portfólio é a ferramenta pela qual os alunos enviam suas atividades e podem verificar suas notas e os comentários dos professores.

satélite, parece que as últimas do turno ficam prejudicadas e em relação às atividades envolvendo pesquisa, ocorrem duas dificuldades: acessar e processar as informações.

Como a maioria das pessoas que lida com educação, os alunos também cobram receitas, como por exemplo, num bate-papo recente um aluno pedia dicas de como lidar com a indisciplina. Relatava o caso de um estudante de doze anos com o qual, nem ele, nem a escola estavam conseguindo lidar. Explicitam constantemente que querem um curso mais prático, no qual predomine o “saber fazer”.

Com relação ao futuro, esses alunos expressam o anseio pela inserção no mercado, na área de educação. Já pleiteiam postos de trabalho, participam de exames de seleção em concursos públicos e pedem dicas aos professores quanto à bibliografia e orientações de estudos. O que é um paradoxo, pois em número considerável reivindicam um curso fácil, mas querem se sair bem na carreira.

Por tudo o que foi exposto, fica a questão: o que esses alunos estão buscando nesse curso? Embora muitos tenham orgulho de cursar o nível superior, não se pode negar que o desejo do diploma fácil como meio de ascensão no trabalho é muito presente. O que não se pode generalizar, pois alguns estudantes também questionam quando percebem conteúdos mal elaborados, atividades superficiais, mal corrigidas ou aulas mal preparadas. Apontam erros, exigem reparações e primam pela qualidade, porém são em quantidade menor, mas não menos ressonante, pois toda e qualquer queixa é publicada imediatamente no ambiente on-line, tornando-se do conhecimento de todos os envolvidos no curso. Cabe destacar que em matéria de críticas os alunos são impiedosos, as fazem escancaradamente sem nenhuma polidez, desacatando professores, equipe multimídia, coordenação e direção. Inclusive esse também tem sido um aspecto no qual a coordenação do curso tem investido, apresentando no intervalo das aulas temas que abordam etiqueta na internet (*netiqueta*) e outras orientações.

A Coordenação do curso tem sido muito presente no intuito de amenizar aspectos que venham a prejudicar o desempenho dos estudantes. Um deles é manter na grade do curso disciplinas básicas como Comunicação/ Expressão e Matemática as quais têm contribuído como pré-requisito às demais por tratarem de conteúdos basilares a todas elas.

Na prática, esse trabalho está sendo desbravado. Estratégias inventadas, modelos mais interessantes e atraentes sendo criados no intuito de promover significativas aprendizagens aos alunos. Mas há uma produção que compete a cada um deles. Os assuntos são expostos, situações

problematizadas, mas a formação e aprendizagem do estudante, mais até que no ensino presencial, está nas mãos dele.

Aliás, a literatura acerca da EAD aponta que essa modalidade requer um estudante mais autônomo, maduro, com um mínimo de habilidades de estudo, pois grande parte de seu sucesso acadêmico depende dessas características e das condições de estudo em casa, caracterizando-o um sujeito aprendente (BELLONI, 2003).

O conceito de aprendente autônomo, ou independente, capaz de autogestão de seus estudos é ainda embrionário, do mesmo modo que o estudante autônomo é ainda exceção no universo de nossas universidades, abertas ou convencionais. A única unanimidade em torno do assunto talvez seja a convicção de que a educação em geral e o ensino superior em particular devem transformar-se para dar condições e encorajar uma aprendizagem autônoma que propicie e promova a construção do conhecimento, isto é, que considere o “conhecimento como processo e não como mercadoria. (Paul, apud Belloni, 2003, p. 41)

Esse perfil de aluno é um grande desafio, pois nossos sistemas educacionais são mais voltados para o ensino que para as aprendizagens, independentemente da modalidade. Os materiais utilizados, livros didáticos, apostilas, são muito fechados e arbitrariamente definidos pelo professor e/ou instituição, que os disponibilizam para serem “digeridos” pelos estudantes, sendo muitas vezes, demasiadamente densos, com pequena margem para reflexão ou questionamentos. Atividades desafiadoras, com um retorno mais rápido, envolvendo interação entre os estudantes, promotoras de debates mais instigantes nos fóruns, talvez ajudassem na construção do perfil de um aluno mais envolvido e pesquisador. Porém, esse estudante autônomo e pesquisador ainda é um mito, especialmente nos cursos de graduação e mais ainda a distância, onde mal é capaz de administrar o próprio tempo, perdendo reiteradas vezes o prazo para envio das atividades, matrículas ou outros.

Talvez, algum cuidado com o aluno ingressante possa desencadear a formação de um estudante mais autônomo e responsável pelo seu desempenho, por meio de orientações, que devem inclusive passar pela aprendizagem de hábitos de estudo e pesquisa, promovendo, assim, condições para se expressarem e escreverem melhor. Na Universidade em estudo, está se investindo num tipo de formação que poderíamos denominar de um nivelamento, no intuito de ajudar esses alunos a superarem as dificuldades mais gritantes. O isolamento ao qual o aluno do EAD está suscetível também deve ser evitado por meio de atividades/pesquisas em grupo. As

aulas presenciais também favorecem a aproximação dos alunos com os colegas, com o professor do polo e com o curso. Portanto, a instituição deve se comprometer em ensinar o estudante a aprender, considerando que a maioria não tem esse perfil, mas necessita dele para seu sucesso acadêmico.

## **Os professores**

Antes de iniciar o relato acerca das características dos professores nessa experiência, é importante definir o que se espera desse profissional nessa era digital. Muitos discursos entendem que ele poderá ser superado pelo aparato tecnológico, ocupando uma posição de menor valor, quase inexistente. Na verdade,

na sociedade digital, o papel dos professores se amplia, ao invés de se extinguir. Novas qualificações para estes professores são exigidas, mas ao mesmo tempo, novas oportunidades de ensino se apresentam. Os projetos de educação permanente, as diversas instituições e cursos que podem ser oferecidos para todos os níveis de ensino e para todas as idades, a internacionalização do ensino – através das redes – criam diferentes oportunidades educacionais para aqueles professores que aceitam estes desafios e se colocam abertos a estas novas e estimulantes funções. (KENSKI, 2001, p. 105)

Nessa modalidade de ensino, o professor, precisa comunicar-se com clareza, escrever com rigor, pesquisar, atualizar-se e dominar as mídias que se inovam continuamente, com seus diversos programas e ferramentas. O tempo para o professor também é mais fugaz nesse ambiente, onde as coisas se modificam de forma célere. Os e-mails, fóruns, correios e murais o solicitam diuturnamente. Caso ele não se organize na gestão do tempo, sua vida pessoal/privacidade pode ficar comprometida e seu trabalho massificado. As aulas satélites implicam num trabalho artesanal por parte do professor. É nelas que ele expressa as suas crenças, dá ênfase aos conteúdos, aproxima o aluno da disciplina, do curso e, até mesmo, da instituição. Segundo Kenski (2001, p. 101)

é através da voz e dos gestos do professor que os alunos são encaminhados na compreensão e análise dos saberes existentes nos textos, nos livros, nos *sites* e CD-ROMs. A forma oral de transmissão das informações faz recortes, seleciona, valoriza e reinterpreta a suposta objetividade do texto. É através da fala do

professor que os saberes socialmente valorizados são trabalhados com todas as *leituras pessoais* que o professor tem diante daqueles conhecimentos. Suas atitudes diante do conhecimento influenciam direta ou indiretamente o comportamento intelectual de seus alunos. [...] O professor quando *ensina* não apresenta apenas a informação. Ele seduz com a informação.

Isto reforça o quanto sua presença é imprescindível.

No curso em estudo, o professor pode assumir diferentes papéis: o de **autor**, responsável pela elaboração dos conteúdos das disciplinas; o de **tutor** que acompanha e orienta o aluno, ministra as aulas presenciais conectadas (via satélite) e avalia as atividades propostas; o de **assistente**, cuja atribuição é acompanhar e orientar o aluno, juntamente com o professor tutor, corrigindo e avaliando as atividades realizadas via *Web*. Há também o professor **auxiliar** que trabalha nos polos, dando apoio ao professor tutor durante as aulas presenciais, orientando e supervisionando as atividades propostas para essas aulas. Pode-se trabalhar exclusivamente como autor, tutor ou assistente, ou nos três papéis. Essa é uma questão importante ao se analisar a EAD, pois o professor acaba sendo chamado para desempenhar diversas funções, hierarquizando o trabalho, em muitos casos, sem preparo anterior. O professor produz, edita, utiliza recursos tecnológicos, publica materiais apoiando-se, muitas vezes, em sua iniciativa/intuição.

Na EAD há um rigor maior para que os professores cumpram os prazos, respondendo às dúvidas e demandas dos alunos em tempo real, o que contribui para o reconhecimento e valorização do trabalho da instituição. Ao proporem atividades avaliativas, os mesmos devem cuidar para que estas favoreçam a melhor compreensão dos conteúdos inerentes às respectivas disciplinas.

A titulação, dentre os professores que atuam com as disciplinas específicas da Licenciatura em Pedagogia, atende ao solicitado pelo MEC que é a de garantir que 1/3 dos docentes sejam mestres e doutores. A equipe do curso conta também com professores (mestres ou doutores) de outras áreas para ministrarem as disciplinas de Filosofia, Psicologia, Sociologia, Comunicação e Expressão, Matemática e Cultura Afro-Indígena-Brasileira.

A jornada de trabalho<sup>25</sup> classifica-se em: parcial, integral e horista. Para o MEC, quanto maior o número de professores em jornada parcial e integral, melhor avaliada é a instituição. Inclusive os professores que atuam nos polos, contratados diretamente pela Universidade, entram

---

<sup>25</sup>Tempo Integral - compreende dedicação de 40 horas, sendo pelo menos 20 horas para outras atividades: estudos, gestão, extensão, planejamento, avaliação, orientação;

Tempo Parcial - compreende dedicação de 12 horas ou mais, sendo pelo menos 25% para outras atividades;

Horista - são professores horistas os que atuam nos polos e integram o corpo docente.

neste cômputo. Nas duas primeiras jornadas, o tempo é distribuído entre a regência de aulas e atividades, que podem ser de correção de estágios, de atividades acadêmico-culturais, Trabalhos de Conclusão de Curso, pesquisa e participação em colegiados como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), criado pela Portaria nº 147/2007. Trata-se de uma exigência para todos os cursos, sendo composto pelo coordenador do curso e por, pelo menos, 30% dos docentes, dos quais pelo menos 60% devem possuir titulação acadêmica em programas de *stricto sensu*, e destes, 40% com título de Doutor. Este grupo tem como principal tarefa participar da formulação, reformulação, implantação e consolidação dos novos projetos pedagógicos, atendendo as diretrizes curriculares nacionais e as diretrizes da instituição para os Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação. Devem se reunir semanalmente, despendendo uma carga horária semanal de quatro horas.

Além do NDE, em cada curso, está sendo organizado um grupo de pesquisa, com vistas a atender às novas exigências do MEC, que também leva esse quesito em consideração para avaliação da instituição. Este grupo disponibiliza cinco horas semanais para as reuniões e outras tarefas. No momento, está definindo sua linha, área e tema de pesquisa para encaminhar ao Conselho da Universidade e posteriormente, cadastrar-se na CAPES. A tendência do grupo é de estudar a formação de professores em seu curso de Pedagogia, tanto presencial quanto a distância, investigando o perfil dos ingressantes, dos egressos e o currículo do curso, vislumbrando maior produção teórica e recursos para subsidiar as pesquisas.

Tanto o NDE, quanto o grupo de pesquisa estão imprimindo um novo caráter à Instituição e ao curso, fortalecendo o grupo de professores, descentralizando as decisões, avaliando melhor os currículos, cursos e as aprendizagens dos alunos.

Efetivamente, há um rigoroso investimento a ser feito na formação do professor. Esta tem sido buscada individualmente, afinal nessa modalidade de ensino mudanças ocorrem de forma rápida, requisitando atualização constante. Pesa-lhes a responsabilidade e a necessidade de fazer um trabalho de boa qualidade, considerando que os alunos já foram, na sua maioria, prejudicados por uma formação básica ruim<sup>26</sup>, em grande parte ocorrida presencialmente e que agora estão numa modalidade de ensino com tecnologias novas, em fase de experimentação e construção, alvo de preconceitos, procedentes e improcedentes. Não se pode ter a ingenuidade de redimir a

---

<sup>26</sup> Essa situação foi constatada pelo corpo docente por meio das atividades realizadas pelos alunos e tem sido tema de discussão nas Reuniões Pedagógicas.

Educação de suas mazelas históricas, tampouco pela EAD, mas também não é possível oferecer um trabalho de segunda linha, compactuando com interesses escusos de grupos<sup>27</sup> que só almejam ampliar seus lucros.

Esses professores comungam o compromisso de realizarem o melhor trabalho possível, valorizando, primeiramente, a aprendizagem dos alunos, seguida da construção da boa imagem da instituição nessa modalidade de ensino – que não é responsabilidade apenas dos professores, mas recai-lhes sobremaneira. Essa experiência pode contribuir para definir a validade e credibilidade dessa nova modalidade de ensino, o que tem sido referendado pelo MEC que no mês de novembro de 2009 esteve em visita à Instituição para recredenciá-la. Para tanto, verificou documentos, instalações físicas, conversou com alunos, professores, gestores e funcionários dos diferentes cursos, apontando, por fim, os aspectos nos quais a Universidade precisa investir para atender aos critérios definidos nos referenciais de qualidade.

A Universidade tem integrado cada vez mais os docentes dos cursos presenciais e a distância. Atualmente, praticamente todos transitam pelas duas modalidades, sendo que nos cursos a distância, tudo ocorre com muita rapidez. Parece uma maratona, onde os limites precisam ser superados o tempo todo. Denúncias e elogios acontecem em tempo real. O registro é uma marca muito forte na EAD. Tudo é registrado e publicado, pois a comunicação escrita é predominante. Mal se comete um erro e ele já se torna público. Por outro lado, se os alunos gostam das aulas a divulgação é imediata. Por isso, não é possível realizar qualquer aula<sup>28</sup>, nem de qualquer jeito. É imprescindível planejar, cronometrar, ilustrar, diversificar e criar.

Não se pode esquecer que no ambiente on-line, tudo fica registrado/documentado, pode-se corrigir, retificar, mas o erro já foi publicado. As aulas satélites ficam gravadas e as conversas nos fóruns, bate-papos, correios, também. As atividades e correções idem. Há a possibilidade de “vigilância” constante sobre o seu trabalho. Por isso, errar aqui tem dimensões incomensuráveis. O que demanda cuidados redobrados, planejamentos mais rigorosos, portanto mais tempo para produção e criação. Difícil dar conta disso com as jornadas duplas e ampliadas que os professores assumem cada vez mais nessa sociedade, visando sua subsistência.

---

<sup>27</sup> Esses grupos são algumas instituições que visam ao lucro de forma inescrupulosa, o que não pode ser generalizado, pois há organizações respeitáveis.

<sup>28</sup> O que vale para qualquer nível e modalidade de ensino.

Curioso é que a maioria dos professores da equipe iniciou esse trabalho como um “bico”, a ser realizado em pequenas quantidades de horas, em seu tempo vago<sup>29</sup>, não tão vago, pois esse trabalho acaba por ocupar seu momento de lazer e descanso, comprometendo as noites, finais de semanas, feriados e até férias. O volume de trabalho, em função do expressivo aumento no número de alunos, intensificou-se bastante desde o início do curso. As cobranças com relação aos prazos são ininterruptas, pois como os módulos são trimestrais, começa-se um módulo já preparando o seguinte, afinal é necessário garantir prazo para revisão e publicação dos materiais produzidos. Isso referenda a necessidade da Instituição pensar em professores com dedicação exclusiva<sup>30</sup>, no intuito de atender com qualidade e rapidez às demandas institucionais e dos alunos, bem como de uma política de qualidade para o crescimento sustentável dos cursos.

## **A gestão**

Marcada por uma hierarquia bem definida, a Instituição é assim organizada: existem os mantenedores, conhecidos por poucos, a reitoria, a direção e os coordenadores de cada curso. Estes são contatos com os professores e por meio deles são recebidas as orientações e informações acerca dos encaminhamentos a serem dados a curto e médio prazo.

Nos primeiros módulos, havia pouca preocupação com a formação dos professores para a contratação, dando preferência aos de menor titulação<sup>31</sup>, como meio de contenção de despesas. Isto começou a mudar a partir da iminência de uma visita do MEC que faz uma verificação *in loco* para checar as condições da Instituição e autorizar o funcionamento dos Cursos Superiores a Distância. No formulário, disponível no site, há uma relação de itens a serem observados, dentre eles, a titulação e o regime de dedicação dos professores.

Outro aspecto que passou a ser mais cuidado foi a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional<sup>32</sup>, exigência para o credenciamento, realizado pela Coordenação

---

<sup>29</sup> Não tão vago, pois a maioria já tem uma jornada de trabalho de 40 horas semanais em sua ocupação principal.

<sup>30</sup> Esse é o desejável, mas choca-se com a instabilidade que permeia as instituições privadas de um modo geral.

<sup>31</sup> No qual me incluo.

<sup>32</sup> A oferta de cursos, de disciplinas e projetos de curto, médio e longo prazo a distância deve estar contemplada e descrita no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da instituição, considerando todos os investimentos e recursos necessários, entre os quais: o envolvimento do quadro acadêmico da(s) área(s) específica(s) altamente qualificado; contratação ou preparação de profissionais na área de educação a distância; desenvolvimento de materiais pedagógicos e pré-teste desses materiais; aquisição de equipamentos e infraestrutura tecnológica;

geral do EAD, com a contribuição de alguns coordenadores de curso, com destaque para a Coordenadora do curso de Pedagogia.

A carreira dos professores e as condições de trabalho vão sendo ajustadas paulatinamente, de acordo com as condições, conveniências e interesses da Instituição<sup>33</sup>. Há muitas divergências com relação ao Plano de Carreira do professor que trabalha na EAD. As Instituições aplicam formatos diferentes, alguns direitos são resguardados, outros burlados. Fazem estudos, consultam legislações, sindicatos, mas não há uma regulamentação precisa no que diz respeito à carga horária, jornada de trabalho, valor da hora-aula, direitos autorais, etc. Procura-se respeitar, quando não há outro jeito, a titulação do professor como parâmetro mínimo para a definição do valor da hora-aula. O fato de o professor assumir ora o papel de autor, ora tutor ou assistente, torna um pouco obscuro o entendimento e, conseqüentemente, o pagamento de suas horas trabalhadas, dentro de sua titulação. A rotina de trabalho, os descansos semanais, as férias e feriados são devidamente pagos, mas pouco usufruídos, quando se considera que na EAD, e-mails, fóruns, correios “gritam” pelo professor o tempo inteiro. Caso ele não se mantenha alerta, no intuito de preservar sua privacidade, trabalhará sem interrupções<sup>34</sup> e, pior que isso, numa ação que privilegia o atendimento a essas ferramentas, descuidando de seu papel como mediador do conhecimento, afinal nelas aparecem mais questões de ordem administrativa do que pedagógica.

Inicialmente, foram produzidos os materiais, de acordo com a carga horária da disciplina que variava de 36 a 90 horas. Pagava-se por essas horas, ao professor autor, o equivalente a cem reais, aproximadamente, parcelado em três vezes que é o tempo de duração do módulo. Além de produzir o material, o professor ministrava as aulas via satélite e assumia a correção das atividades de cem alunos, no mínimo, o que excedesse poderia ser atendido por esse professor ou pelo professor assistente. Comparativamente ao trabalho e responsabilidades demandados na

---

contratação e capacitação da equipe de tutores; preparação e teste de sistemas de gestão acadêmica integrada a distância e elaboração de planilhas e cálculos dos recursos financeiros e outros investimentos que garantam o desenvolvimento e a sustentabilidade do curso, garantindo a completa trajetória educacional com eficiência e qualidade.

<sup>33</sup> Em novembro de 2009 foi apresentado um documento contendo as bases e pressupostos para uma proposta de plano de carreira acadêmico, fruto de um estudo realizado por *Lobo & Associados Consultoria*, apontando as necessidades, o impacto financeiro e a sustentabilidade dos cursos.

<sup>34</sup> A sobrecarga de trabalho dificulta que os professores explorem as possibilidades criadas com as ferramentas multimídias, os canais de interatividade. O que poderia ser usado para melhorar a aprendizagem, ampliar possibilidades e recursos corre o risco de resultar apenas em processos burocráticos e inócuos. A qualidade do ensino pode estar sendo prejudicada com o crescimento indiscriminado dessa modalidade. Disponível em: <http://www.sinpro.org.br> Acesso em: 07 set. 2009.

produção, não era muito compensador o valor pago, considerando que como assistentes, o trabalho era menos exaustivo, menos desgastante e mais rápido, com um custo-benefício maior. Para o professor autor, a compensação vinha na medida em que a disciplina era oferecida novamente, cabendo a ele apenas alguns ajustes e recebendo tudo novamente. Na prática, trabalhar com disciplinas de 36 ou 90 horas, não apresenta significativas diferenças, pois o trabalho de pesquisa e elaboração do material difere pouco, os desdobramentos maiores ficam por conta do número de aulas *web* e via satélite.

Faltando um trimestre para a primeira turma concluir o curso de Pedagogia houve uma reestruturação na forma de pagamento: a produção do material passou a ser paga uma única vez: apostila e aulas *web*. Este material passa a pertencer à Instituição, pelo período de cinco anos. Pagar-se-á um valor único para toda a produção – R\$ 3.000,00 (três mil reais), cabendo a esta plenos direitos sobre a produção textual, na *web*, de imagem e voz, restando exclusivamente ao professor, assumir, inclusive judicialmente, qualquer irregularidade no uso de imagens, citações ou outros problemas que tenha com relação a direitos autorais ou outros.

Outro aspecto dessa modalidade de ensino que demanda muita atenção da gestão diz respeito aos parceiros nos polos, os quais, na condição de donos desses “vendem” os cursos oferecidos pela Instituição. No caso de serem negligentes ou coniventes com irregularidades podem arruinar com o nome da mesma.

Ocorreu de determinado polo ter sido vítima de fraude. A pessoa responsável por ele recebeu o pagamento das matrículas e mensalidades, desaparecendo posteriormente com o dinheiro. Nessas situações, a Instituição prefere assumir, ainda que temporariamente, pois o nome arruinado pode levar os mantenedores à bancarrota, uma vez que não é o nome do parceiro do polo, mas da Instituição que fica comprometido.

Na prática, o curso tem se estruturado no processo de implantação, pautando-se em modelos de sucesso e nas impiedosas críticas dos alunos e polos que, não sem razão, cobram maior agilidade e eficiência no atendimento. Esse descuido inicial da Instituição custou-lhe a evasão de vários alunos.

A gestão prima cada vez mais pelo cumprimento dos prazos ligados ao atendimento dos alunos, o que implica também em maiores investimentos, pois a ampliação da equipe de suporte tecnológico e a criação de programas mais eficientes, são necessários.

Há uma tácita divergência entre professores e gestão acerca das atividades enviadas pela web, as quais os primeiros defendem como um importante meio de aprendizagem, interlocução, esclarecimento de dúvidas, integração e estudo. No entanto, a gestão está investindo num programa que permite a realização de atividades autocorrigíveis para compor a nota do aluno. Posteriormente, pretende computar também o número de acessos ao fórum e outras ferramentas, perfazendo um meio de avaliação mais rápido, sem maiores preocupações com outros aspectos formativos/avaliativos. Isso já havia ocorrido, quando as avaliações passaram a ser corrigidas nos pólos, mas antes cabia ao professor. Depois se contratou uma empresa que digitalizava os gabaritos, emitindo as notas, o que agilizou a publicação dos resultados, mas por contenção de gastos e rapidez, optou-se pelo modo atual, onde os polos são os responsáveis pela correção das provas. Este fato é preocupante, pois em alguns polos todos os alunos acertam de 80 a 100% das questões, diferindo de outros tantos, onde o aproveitamento varia de 0 a 100%. Pairam dúvidas acerca da lisura do procedimento em alguns lugares. A Instituição está atenta a isso, promovendo visitas nos polos sempre que necessário.

Na verdade, todas essas ações giram em torno da busca, pela instituição, de sua sustentabilidade financeira, pois a EAD demanda altos investimentos em equipe tecnológica, docente, administrativa e na aquisição de equipamentos caros. A Universidade iniciou com dois estúdios de TV, hoje conta com seis, totalmente equipados por meio dos quais as aulas são transmitidas ao vivo, via satélite para os polos, por um custo elevadíssimo. Portanto, é mito considerar que é uma modalidade de custo baixo. Existem modelos menos dispendiosos, porém mais empobrecidos. Por outro lado, o lucro esperado pela instituição decorrerá principalmente, a médio prazo, da ampliação expressiva do número de alunos (o curso de Pedagogia que iniciou com cinquenta, em outubro de 2009, chegou a quase quatro mil), da redução de evasões e da possibilidade de reedição dos materiais didáticos, comprados uma única vez com direito de uso por cinco anos<sup>35</sup>.

Para garantir essa sustentabilidade, falta à instituição/gestão explicitar com que tipo de aluno está comprometida e, a partir daí, lançar estratégias pedagógicas, didáticas, tecnológicas e, inclusive de marketing para atraí-lo. Caso ela não tenha isso focado, acabará não atendendo bem o público que a procura, o que poderá trazer outras implicações para a sua imagem. Um exemplo claro com relação a esse cuidado é o da *Open University* que optou por não aceitar egressos do

---

<sup>35</sup> Quando são necessários alguns ajustes, adaptações ou integração de disciplinas, novos pagamentos são efetuados.

Ensino Médio, dando preferência a um aluno adulto, mais velho, que não teve oportunidade de cursar uma educação superior quando mais jovem. (PETERS, 2007, p. 302)

A gestão também precisa definir o modelo que perseguirá: se centrado no professor, no estudante, nas ferramentas ou no lucro. A avaliação institucional interna também é um recurso importante para que os cursos sejam aperfeiçoados nos mais variados aspectos. Nisso ela precisa investir mais.

## **O Ensino de Filosofia da Educação**

No primeiro módulo do curso de Pedagogia, os alunos têm a disciplina de Filosofia e, nos módulos V e VI, Filosofia da Educação<sup>36</sup>. Apresentam severas dificuldades no estudo desta, o que não é motivo para que se hesite acerca de sua importância na formação de professores.

A disciplina de Filosofia<sup>37</sup> oferece um panorama da história do pensamento humano, chegando à consciência filosófica. Nesse percurso, relaciona alguns pensadores que marcaram seu tempo e influenciaram outras produções e ideias filosóficas, com destaque para Sócrates, Platão e Aristóteles, na Filosofia Antiga e Medieval; Descartes, Rousseau e Kant, na Filosofia Moderna; Comte e Pierre Lévy, na Filosofia Contemporânea.

Em Filosofia da Educação I, busca-se definir os conceitos de homem, sociedade e educação no âmbito da Filosofia e sua dimensão crítica. Aborda-se o papel e a importância do conhecimento na formação do professor, sua origem e validade, passando pelos pensamentos de filósofos que contribuíram com as suas ideias para a educação ao longo da história.

Na disciplina de Filosofia da Educação II, considerando que os ideais de homem e educação já foram pensados em diferentes tempos, para sociedades diversas, por correntes de pensamentos divergentes, optou-se por estudar algumas correntes filosóficas – Idealismo, Realismo, Pragmatismo, Existencialismo e Marxismo – seus principais representantes, a influência de suas ideias na educação, bem como as críticas a cada uma delas.

Considerando a importância de permitir aos estudantes o contato com as obras de grandes pensadores em filosofia<sup>38</sup>, anexou-se, ao final da apostila, trechos de suas produções que servem

---

<sup>36</sup> Isso na grade utilizada quando o curso teve início. Na nova grade, a Filosofia entra no módulo I e a Filosofia da Educação no módulo IV.

<sup>37</sup> Essa disciplina é ministrada por um professor com formação inicial em Filosofia.

<sup>38</sup> São obras clássicas de domínio público, não implicando pagamento de direitos autorais.

para ilustrar as principais ideias abordadas na disciplina. A leitura destes textos possibilita conhecer um pouco mais de perto o pensamento dos filósofos estudados e aproximar-se do modo como pensaram seu tempo, sua sociedade, o homem e a educação. Essas leituras são utilizadas para provocar reflexões nas atividades e debates promovidos nos *fóruns* e *aulas via satélite*.

Quando, em outubro de 2005, teve início a primeira turma do curso de Pedagogia, na modalidade EAD, eu e mais três colegas<sup>39</sup>, sendo uma delas a Coordenadora do curso, organizamos as primeiras disciplinas, seguindo de perto a grade do curso presencial. Como o curso é organizado em trimestres, já no segundo, entrava a disciplina de Filosofia da Educação. Acabamos trabalhando em três pessoas, nessa primeira experiência: duas na produção do material escrito e da web e uma ministrando as aulas via satélite. As mais tímidas ficaram nos bastidores, dentre elas, eu. O que não durou muito, pois já no módulo seguinte tive de assumir aulas via satélite. Mas continuamos na produção do material da primeira disciplina, que estava indo para seu segundo módulo.

Na produção do material escrito – a apostila – surgiu nosso primeiro dilema: que conteúdos selecionar para a disciplina de Filosofia de Educação, num curso de Pedagogia A distância? Nesses casos, sempre nos remetemos às nossas experiências de estudante, recuperando o sentido e valor dessa disciplina em nossa formação, os conteúdos que marcaram, as falas dos professores e os livros conhecidos. Considerada a exiguidade do tempo, tivemos que concluir os trabalhos em aproximadamente quarenta dias. Incomodava-nos a necessidade de conhecer melhor as características dos nossos alunos, juntamente com o desejo de aproximá-los dos clássicos da Filosofia. Paralelamente a isso, indagávamos acerca de como procederíamos na interlocução necessária para a compreensão desses, nem sempre fácil ou literal. Por fim, definimos os conteúdos da disciplina Filosofia da Educação I e organizamos a apostila.

A disciplina foi ao ar, começaram as primeiras atividades e, com elas, os primeiros impactos e tomadas de conhecimento acerca de quem eram os alunos: boa parte deles tinha grande dificuldade para escrever, tanto do ponto de vista ortográfico, quanto para expor de forma compreensível suas ideias. Nas correções, os textos eram reescritos, pedindo para refazerem as atividades e enviarem novamente, orientando-os a lerem mais e relerem as respostas antes de enviarem.

---

<sup>39</sup> Desse quarteto, duas tinham Mestrado, uma cursava Doutorado e eu apenas com a Licenciatura em Pedagogia.

Simultaneamente, começamos a avaliar os conteúdos definidos na disciplina e a nos perguntar: como preparar um curso que ajude os alunos a ampliarem seus conhecimentos, aproximarem-se das obras clássicas da Filosofia da Educação, relacioná-las com sua formação e atuação enquanto professor e auxiliá-los na crítica e compreensão do papel da escola na educação das pessoas? Nossa primeira tendência é agir preconceituosamente, classificando-os como mal preparados, como os grandes culpados pelo mau desempenho. Porém, conhecendo-os mais, tomando ciência da história e trajetória de alguns, fomos buscando outros meios de trabalhar com esses alunos. Mas novamente, tivemos um dilema: como definir o conteúdo dessa disciplina, sem torná-la pura erudição, mas ao mesmo tempo não empobrecê-la ou simplificá-la? Esta preocupação tem nos acompanhado, fato que me mobilizou para esse estudo.

Concluimos o material da disciplina de Filosofia da Educação I e passamos a produzir o de Filosofia da Educação II e ao findarmos este, a grade foi alterada e soubemos que haveria a disciplina de Filosofia da Educação III, hoje avaliada como a mais erudita e talvez a de mais difícil compreensão pelos alunos. Nela abordou-se a possibilidade de uma Filosofia da Educação para tempos atuais. Partiu-se da discussão acerca da concepção de homem para a metafísica, a ciência e para a abordagem histórico-social, na intenção de propiciar uma discussão que contemple questões ligadas a que concepção adotar hoje. Para completar levantou-se a polêmica discussão acerca da pós-modernidade, complementando com a discussão acerca de uma pedagogia crítica.

Já com alguma experiência, conhecendo melhor os alunos, estudando mais sobre a disciplina, dominando mais as tecnologias, estamos revendo os conteúdos, tentando conciliar a História da Filosofia da Educação com seus clássicos e o exercício de pensar criticamente, uma questão metodológica, vislumbrando um profissional que se preocupe com o sentido e responsabilidade de seu papel na educação de seus alunos.

Atualmente, com a grade organizada em Filosofia da Educação I e II e com uma carga horária maior em cada uma delas – de 56 para 80 horas – os conteúdos foram revistos, até porque já há maior clareza das principais características dos alunos. Em Filosofia da Educação I defende-se uma discussão mais cuidadosa acerca do que seja filosofia, filosofar, Filosofia da Educação, concepção de Sociedade, de homem e de educação. Apresenta-se também uma discussão sobre o conhecimento (sua definição, origem e possibilidade), numa abordagem mais crítica, levantando

questões polêmicas das condições da educação brasileira na atualidade, estendendo para o espaço ocupado pelo professor nesse contexto e suas responsabilidades, inclusive com a autoformação.

Os textos de grandes pensadores foram mantidos. Havia a expectativa de que o contato com os filósofos despertaria no aluno o gosto e o interesse pela leitura de suas obras, movidos pela curiosidade de descobrir por que eles se perpetuaram no tempo. Fato que raramente acontece, já que na maioria das vezes, consideraram o estudo difícil e complexo. Isto pode ser observado nas atividades postadas, que indicam a grande dificuldade que os alunos possuem em interpretar textos simples e extrapolar o senso comum. A impressão que se tem é que não assistem às aulas, nem leem o material disponível.

Uma vez definidos os conteúdos – ainda que passíveis de alterações – a preocupação hoje está na metodologia mais adequada para se trabalhar essa disciplina na modalidade EAD, de modo a desencadear, por mais elementar que seja o exercício de filosofar. O *fórum* pode provocar boas reflexões, mas poucos alunos participam. As atividades atingem todos os alunos, mas a maioria das respostas é medíocre e algumas chegam a ser cômicas, devido aos absurdos que escrevem. Reprovar os alunos é o que menos se quer. No momento, temas provocativos, extraídos de crônicas, artigos de jornais e revistas estão sendo levantados, partindo da experiência do aluno e remetendo-o ao pensamento de alguns filósofos, ajudando-o assim, a realizar conclusões menos precipitadas e melhor fundamentadas. São propostas que estão sendo testadas.

Ainda não foi possível concluir se as escolhas foram acertadas. Definir o conteúdo a ser trabalhado na disciplina de Filosofia da Educação num curso presencial já não é tarefa simples, menos ainda num curso a distância que implica em outras estratégias e recursos, com ênfase nas novas tecnologias.

Cogitam-se algumas perspectivas: propor atividades para reflexão que permitam ao aluno expor seu pensamento, emitir opiniões, ora individualmente, ora em grupo, procurando orientá-lo a se reportar aos autores e suas produções para fundamentar suas ideias. Mas, pelas limitações que têm, só conseguem responder questões de localização. Têm grande dificuldade em tecer reflexões mais aprofundadas, por falta de repertório e também porque raramente na vida escolar isso lhes foi solicitado ou ensinado.

Faltou-lhes e ainda falta, a oportunidade de se aproximarem das obras clássicas, lendo-as, criticando e defendendo opiniões ou simplesmente para tomarem conhecimento das mesmas e do porque se perpetuaram. No 4º trimestre de 2009, uma aluna, após ter lido a **Apologia de**

**Sócrates**, disponível no site “domínio público”, escreveu no fórum um agradecimento, pois foi a primeira vez que pôde ler uma obra clássica de Filosofia, havia gostado muito e, mais importante, compreendido.

Estamos tateando caminhos que culminem numa Filosofia da Educação que não negue seus fundamentos e princípios, mas que possa ser estudada e refletida por meio das ferramentas disponíveis na web, inclusive a internet, que pode ser uma grande aliada, se considerarmos o quanto ampliou o acesso a obras clássicas e conteúdos de boa qualidade. Aliás, a internet deixou de ser um lugar onde se buscava e se encontrava algo de interessante somente para ler, apenas como um banco de dados, mas passou a ser um lugar onde é possível criar, publicar produções, compartilhar informações, trocar opiniões e ampliar conhecimentos. Através de pesquisas em fontes e sites idôneos, ela pode ser uma grande aliada ao ensino de Filosofia da Educação, se utilizada com critério.

## **Capítulo 3**

### **PRESSUPOSTOS, EXIGÊNCIAS, FINALIDADES**

#### **A Filosofia, o filosofar e o ensino de Filosofia**

Não há uma definição única do que seja Filosofia, mas estudando vários pensamentos há alguns pontos de convergência que, segundo Abbagnano (2003) são: a busca incessante pela posse ou aquisição de um conhecimento; a suscetibilidade à polêmica, pois não produz verdades irrefutáveis; a preocupação com o seu uso em benefício do ser humano, não se sujeitando ao interesse de poderosos, nem se deixando indiferente perante o mundo. Mas sobre qual assunto se debruça a Filosofia? Ela busca compreender tudo aquilo que ainda não é conhecido ou que lhe causa algum estranhamento e, acerca daquilo que já conhece, faz indagações, buscando o sentido e validade das “verdades”, exemplo disso é quando problematiza o uso ético dos conhecimentos científicos, como no caso das descobertas ocorridas na área da engenharia genética, com suas “clonagens” e “genomas”.

Tais ponderações apontam para o fato de que a Filosofia é filha de seu tempo, ou seja, suas preocupações e indagações partem de questões/problemas vividos pelas pessoas em determinado contexto/momento histórico e social.

Desde a Antiguidade Clássica, a Filosofia é alvo de intensas discussões, promovendo debates, disputas e atividades que rompem certezas e propiciam novos horizontes, perspectivas e conhecimentos. Na atualidade, mesmo com a ciência ocupando um lugar de destaque, especialmente por toda a tecnologia que desenvolveu, ainda existem questões ontológicas não respondidas, tampouco comprovadas cientificamente. Embora a Filosofia tenha antecedido a ciência e mesmo após esta ter alcançado muitas respostas, a Filosofia as problematiza, visando alcançar o sentido das coisas, dos fatos da existência, em pleno século XXI.

Temas como liberdade, poder, produção e exploração do homem pelo homem, excesso de moralismo que culmina nos fanatismos religiosos e fundamentalismos, são problemas concretos que se colocam ao homem do nosso tempo e que não podem ser ignorados (Japiassu, 1990). Compõem uma importante discussão para a Filosofia que deve assumir uma postura

política rigorosa – oposta ao conformismo e à falta de questionamento que ofuscam a possibilidade de novos caminhos, sonhos e utopias – imprescindível para a compreensão de assuntos das mais diversas ordens. Por tudo isso, pode-se concluir que a Filosofia parte da necessidade de compreender ou encontrar respostas para temas comuns, provenientes das experiências, refletindo acerca dos mesmos, afastando-se inicialmente, para mais adiante, impregnada de diferentes dados, fruto de sua reflexão rigorosa e de um conhecimento especializado, ser capaz de complementar e aprofundar a experiência inicial.

Isto justifica porque nos dias de hoje a Filosofia tem despertado o interesse de profissionais de diversas áreas: são juristas, físicos, médicos, engenheiros, psicólogos e outros, preocupados, prioritariamente com questões éticas e políticas. Mais curioso é ver a repercussão em suas práticas que convergem para um profundo interesse pelas condições e fins da humanidade, o que demonstra que a ciência não prescinde da Filosofia, como o positivismo<sup>40</sup> fez transparecer.

Justamente por não prescindir da busca pelo sentido das coisas que a Filosofia tem como marca o questionamento e a ruptura com todo e qualquer projeto de dominação que tenta se impor por meio da repressão, o que justifica, em parte, o motivo pelo qual ela é tão polêmica.

Embora seja questionador, o foco da Filosofia não é a solução dos problemas, mas antes, a sua compreensão e apesar da divergência entre as pessoas, todos cooperam para um mesmo fim: compreender o mundo e compreender-se nele, o que culmina num processo de aquisição de conhecimento/autoconhecimento.

Em Platão, no Mito da Caverna, o conhecimento é o instrumento que liberta o prisioneiro e com o qual ele deseja libertar os seus companheiros, impelido pela necessidade de indagar sobre a origem do sentido e da realidade de suas crenças. Esse conhecimento decorre do exercício da reflexão, ou seja, da busca da Filosofia por respostas.

A filosofia não é um conjunto de ideias e de sistemas que possamos aprender automaticamente, não é um passeio turístico pelas paisagens intelectuais, mas uma decisão ou deliberação orientada por um valor: a verdade. É o desejo do verdadeiro que move a Filosofia e suscita filosofias. (Chauí, 2005, p. 88)

---

<sup>40</sup> O positivismo: sistema criado por Auguste Comte (1798-1857), que se propõe a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas; filosofia positiva, comtismo. (Houaiss)

Assim, pode-se deduzir que a Filosofia implica num árduo esforço de busca, para além do mero acúmulo de informações e para isso ela tem uma multiplicidade de métodos, pois cada filósofo tem o seu jeito próprio de fazer esse percurso de pensamento, mas sempre por meio de um exercício rigoroso que se poderia denominar filosofar.

Filosofar é posicionar-se perante o mundo de forma questionadora, crítica e desconfiada, de colocar em dúvida os mais variados temas mesmo quando se apresentam como óbvios ou naturais. Supõe apropriar-se do incômodo ou insatisfação com fatos e acontecimentos vivenciados, frente às possíveis respostas. Envolve uma atitude de produção e criação, onde os conhecimentos são reordenados a partir de uma nova maneira de interpelá-los. É ousar, pensar por conta própria, diferente de uma simples repetição, na qual se reproduz o que já existe. O mais comum é ensinar o pensamento pronto, já produzido por outro. Porém, o pensamento é intransferível, visto que é um ato que depende, necessariamente, de cada um. Filosofar é uma sutileza para achar o caminho que vai da teoria à ação, de modo que sejam convergentes e coerentes entre si.

Para Sócrates, o filosofar consiste em romper com a atitude comum, o domínio da opinião e das crenças recebidas, em que somos influenciados por uma visão das coisas que adquirimos pelos hábitos, que recebemos por ouvir falar, que incorporamos muitas vezes sem nos darmos conta disso, ficando assim, no nível do preconceito, da visão pré-concebida, irrefletida, impensada. Pelo contrário, o que se deve perseguir é o alcance de uma atitude filosófica que, diferentemente da atitude corriqueira (do senso comum) nos leve a questionar as crenças e as certezas. (CHAUÍ, 2005, p 56)

A partir disso, o filosofar vai se construir no diálogo a ser estabelecido com muita prudência e mediação do interlocutor (no caso, professor) que deve estar atento para problematizar e fazer devolutivas que possam promover no aluno a capacidade de formular questões e fazer objeções de modo organizado e, o quanto possível, rigoroso conceitualmente.

O processo de filosofar segue uma trajetória: inicialmente, a introspecção que permite sair temporariamente do mundo, voltando-se para o universo interior, revendo pré-conceitos, pré-juízos, questionando ideias cotidianas, colocando em suspenso crenças, na tentativa de indagar acerca de suas causas, validades e sentidos. Trata-se, sem dúvida, de uma atitude crítica que interroga sobre o que são as ideias, os fatos, as coisas, as circunstâncias, os modos de vida, os valores e principalmente, o que somos nós. Da introspecção inicial, parte-se para o debate, a

discussão, a polêmica e a construção de argumentações, compondo todas as características do filosofar que permitem elencar as perguntas fundamentais realizadas ao se filosofar que são: O que é? Como é? Por que é? (Chauí, 2005). O filosofar é um importante aspecto do ensino de filosofia, onde o espaço para o debate filosófico deve ser garantido no questionamento do pensamento e da necessidade de confrontá-lo, o que leva, inevitavelmente, à sua reconstrução.

As grandes questões filosóficas não se resolvem por meio de tecnologias educacionais, mas com reflexão, questionamento e indagando acerca das questões sociais, ideológicas, políticas que recaem sobre a educação desta atividade que é o filosofar.

Estas ponderações ajudam a compreender por que a filosofia e o filosofar são tão polêmicos, afinal, necessariamente, pressupõem um ambiente de liberdade, pois se pode filosofar sobre tudo: artes, ciências, política, linguagem, direito, Deus... Nada escapa às indagações filosóficas, são questões ligadas não apenas ao que se quer saber, mas às angústias e tentativa de compreensão da própria existência.

Diante do exposto, o que compete ao ensino de Filosofia e quais os requisitos necessários para que o mesmo ocorra?

Ao se pensar no ensino de Filosofia imagina-se, como em qualquer outra disciplina, a existência de um conteúdo já pensado e elaborado, que deve ser ensinado por alguém preparado, detentor desse saber, a alguém que não o detém. Sob esse prisma, a Filosofia é vista como uma disciplina entre outras, com seus conteúdos e métodos específicos e não uma atividade que perpassa, ou poderia perpassar, os processos cognitivos de investigação, descoberta, problematização e criação. Outro modo é compreendê-la como uma metodologia presente em todas as disciplinas. No primeiro caso, ela é tratada como conteúdo e no segundo, como metodologia. Bom seria se todas as disciplinas assumissem uma postura investigativa e questionadora de todo o conhecimento que apresentam. Fato que não exclui a Filosofia enquanto disciplina acadêmica a ser aprofundada.

Na prática do ensino de Filosofia, o que se pode propor é a realização de um estudo que não se limite a reproduzir os pressupostos de uma ordem social de dominação, mas que a questione, partindo de uma investigação crítica que permita compreender as condições atuais de existência, e, se possível, exercitar a capacidade de enxergar possibilidades, pensar alternativas, efetuar propostas.

O ensino de Filosofia deve instigar a atitude filosófica no aluno, a qual deve provocá-lo a investigar, aprofundar seus conhecimentos de modo radical e consistente. Para isso, ele necessita de conteúdos que incrementem seu pensamento, o que referenda a necessidade do estudo da história da Filosofia, para que um diálogo mais eficaz seja estabelecido com o mundo contemporâneo, ajudando a responder seus desafios, compreendê-los sem se sujeitar, por meio de uma reflexão livre e crítica, explorando possibilidades, podendo tudo pensar, de modo vivo, intenso e inquieto. De tudo isso se pode deduzir que ensinar filosofia é almejar um espaço para que aflore o pensamento do outro.

A pergunta é: o que e como ensinar em filosofia que ajude a desencadear todo esse movimento reflexivo e inquiridor? Afinal não dá para construir todo um movimento de reflexão apenas em cima de palpites. Claro que se deve ensinar algo aos alunos simultaneamente ao exercício constante da reflexão, pois esta sem um mínimo de conhecimento não passa de opinião (doxa) que não se sustenta diante do menor desafio.

Ousaria dizer que a busca filosófica da verdade, sem uma formação científica prévia, corre o risco de cair no delírio. Porque a filosofia não nasce da filosofia. Ela se alimenta do que vem de fora, do mundo, das coisas, das relações, etc. (Japiassu, 1997, p. 166)

Disso pode-se concluir que o ensino de Filosofia requer uma formação geral que perpassa as diversas áreas do conhecimento humano, não se restringindo à transmissão de ideias elaboradas e acabadas, pois isso não passa de informações passíveis de serem veiculadas por outros meios como a televisão, internet, jornais e revistas. Trata-se de ensinar, em última instância, a pensar esses conteúdos, analisar em que circunstâncias foram construídos, reordená-los a partir de uma nova interpretação.

Entre os filósofos questiona-se se ensinar Filosofia em contextos institucionalizados, não é um empecilho para a elaboração de um pensamento livre, pois a tendência é de que este seja conduzido, limitando sua originalidade e potencial criativo. De fato, nesses espaços há uma tendência a produzir/reproduzir o pensamento do outro, mais que promover o pensamento de cada um, por isso cabe questionar se é possível, nessas instituições, admitir o pensamento ativo. Trata-se de uma tarefa difícilíssima, mas não impossível que implica numa meta para o ensino de Filosofia. Conforme a metodologia utilizada e os conteúdos selecionados, podem ser levantadas algumas hipóteses, mas o que efetivamente ocorre com cada um, só pode ser avaliado a médio e longo prazo, pois raramente resultados imediatos são manifestados. São perceptíveis alguns

comportamentos e posicionamentos mais críticos que começam a emergir, mas há certos silêncios que muitas vezes são mais produtivos, do ponto de vista filosófico, que muitos discursos acalorados e empolgantes. Não há planejamento de aulas capaz de prever o que pode ser despertado no pensamento do outro.

Com relação aos conteúdos selecionados para que o ensino de filosofia seja mais profícuo, visando um pensamento ativo, não há consenso. Alguns professores optam por textos filosóficos, considerando uma ferramenta central para o filosofar, não como um fim em si mesmo, mas um primeiro passo. Outros optam por estudar a História da Filosofia como forma de imergir na cultura e conhecimento que emanam de grandes pensadores. Há os que defendem um trabalho contextualizado nas questões abertas pela modernidade, discussões atuais relacionadas aos problemas desencadeados pelo progresso, demandas do homem concreto.

Conclui-se então, que a imersão na cultura é importante, pois amplia e dá repertório para o pensamento, embora não o garanta, pois se pode ficar apenas no nível da repetição. Estudar textos filosóficos sem fundamentação teórica para as reflexões pode ser um trabalho sem consistência alguma, desencadeador de muita tagarelice e discutir temas atuais sem ponderar acerca da construção histórica do homem, culmina em discursos esvaziados de conteúdos.

O pensamento crítico<sup>41</sup> deve ser o eixo principal do ensino de Filosofia, o que implica na integração entre os conhecimentos, a cultura, as linguagens e experiência dos alunos.

Desse modo, o conteúdo da filosofia é sua sólida base histórica, pois não conta com experimentos, dados estatísticos, documentos comprobatórios ou similares acerca do que produz. Quando se estuda a história da filosofia constata-se que, ao longo da tradição, não houve uma única linha de pensamento nem um único estilo exclusivo de fazer filosofia. Por isso, o contato com as obras dos grandes pensadores que primeiro as formularam pode despertar um grande interesse no estudante. Não se trata de uma história da tradição em seu sentido doutrinário ou como história dos grandes sistemas, mas sim como uma contribuição dos grandes filósofos ao introduzirem questões que até hoje nos motivam a pensar, mostrando como explicaram ou trataram essas questões, não na forma de um estudo linear ou contínuo, mas através de intensos debates entre os vários filósofos e as várias correntes de pensamento, suas críticas, rupturas, controvérsias, polêmicas, cujos problemas ainda nos preocupam. Aqui não há a preocupação em mostrar o progresso de um saber, nem a expansão de um conhecimento já que os mesmos não são

---

<sup>41</sup> Entendido aqui como exame/análise cuidadosa e profunda acerca das coisas e acontecimentos.

lineares, nem cumulativos, ao contrário, os problemas são recorrentes e constantemente retomados. Esses procedimentos favorecem a aproximação do aluno à cultura e são imprescindíveis para as construções de pensamento que venha a fazer, visto que, ao aprender o conteúdo, o aluno tem grandes possibilidades de aprender o método e, conseqüentemente, aprende a refletir por meio do contato que faz com os filósofos estudados.

Para tanto, é necessário dispor de materiais como: obras clássicas, para uma leitura histórico-filosófica; uso de dicionários; textos de comentadores, artigos de revistas e jornais, matérias sobre temas relativos às questões filosóficas, repertoriando o estudante para tecer comentários, fazer reflexões, estabelecer comparações e analisar com profundidade os acontecimentos de seu tempo, propondo alternativas possíveis. Sem esse conhecimento, corre-se severo risco de cair nos discursos falaciosos.

Em síntese, conforme cita Reboul (2000, p. 11):

Só se pode “fazer filosofia” ingressando na sua história, descobrindo que os nossos problemas foram já ventilados, que encontram decerto soluções mais ou menos válidas, mas que, pelo menos, fornecem uma estrutura aos nossos debates. A história revela, sobretudo, a cada um o que pensa de maneira confusa e, por vezes, contraditória. Permite, assim, levantar os problemas, reconduzir as questões mais concretas, que são sempre as mais obscuras, a uma reflexão plurissecular que as situa e esclarece. [...] A história da filosofia seria para o filósofo o que as escrituras são para o teólogo, o fundamento sobre o qual se pensa; e a filosofia, na verdade, é também uma tradição. O filósofo espera dos mestres do passado uma lição que ele, sem dúvida, deve recomeçar por compreender, mas que depois tem de retomar discutindo-a, confrontando-a com outras para, finalmente, a aplicar aos problemas do seu tempo.

Portanto, não são as teorias dos filósofos, mas antes, suas indagações que nos mobilizam e é através dessas questões que nos deparamos com os seus preceitos. Isso tem validade para o ensino de Filosofia, desde que possamos retomá-las, reformulá-las como nossas. Todo ensinamento oriundo da tradição, a fim de que se torne relevante, reconstituído e tenha seu interesse despertado, supõe um estudo dedicado, capaz de tornar próprias aquelas questões, recuperando-as e conduzindo-as para um novo contexto. Isso pode ocorrer por uma vertente que estuda a Filosofia como busca a partir de nossas indagações atuais, remetendo-nos à história para aprofundar e melhor compreendê-las, ou por uma postura que principie o estudo pela história da filosofia e conhecimento das doutrinas da tradição, relacionando-as com as questões do tempo presente. Nenhuma das duas posições é excludente, na verdade, se complementam.

Gallo (2007, p. 16-26) afirma que:

Não podemos desprezar 2.500 anos de história. Não temos o direito de querer que nossos alunos “reinventem a roda” em filosofia. Para que eles possam aprender o ato de filosofar, é preciso que conheçam a história da filosofia. É preciso que tenham acesso ao conhecimento historicamente produzido, aos modos de produção de filosofia que os vários filósofos foram inventando. Assim, ensinar filosofia é também ensinar história da filosofia. [...]

Pode-se concluir que a Filosofia requer do estudante um conhecimento da história, da cultura, de modo que seja capaz de construir argumentos, defender e propor ideias consistentes e que, portanto, ensinar Filosofia implica em promover o conhecimento de sua história, refletir acerca da mesma e estabelecer relações com o presente, compreendendo-o e criticando-o com vistas a novos horizontes e condições de vida. Isso implica no exercício constante da Filosofia que deve permear a trajetória de estudo dessa disciplina.

## **A Educação e a Filosofia da Educação**

Que a educação deveria ser regulamentada pela lei e deveria ser uma questão de Estado não será negado, mas qual deveria ser o caráter dessa educação pública e como as pessoas jovens deveriam ser educadas são questões que permanecem para serem consideradas, pois a humanidade não está de acordo sobre o que deve ser ensinado, se devemos buscar a virtude ou uma vida mais próspera...

**Aristóteles**

Definir o entendimento que se tem acerca do que seja Educação e Filosofia da Educação é fundamental para esse estudo. Dele emergirá a seleção dos conteúdos para o Ensino de Filosofia da Educação, assim como a metodologia a ser adotada, o que posteriormente permitirá confrontar essas definições e as possibilidades e limites de seu ensino no curso de Pedagogia, modalidade a distância.

A epígrafe aponta para uma discussão muito atual. Educa-se para quê? Para se definir uma concepção de educação é importante ter clareza do que seja ela, qual seu papel na sociedade e que pessoas se quer formar/educar. Que visão de mundo, sociedade e homem almejam-se trabalhar com os estudantes? Decorre daí um modelo de educação ora mais democrático, ora mais autoritário; mais conservador ou mais inovador; menos desigual, mais justo, enfim, há um leque de possibilidades. Basta observar a visão de homem e de mundo nas mais diversas sociedades para se perceber o que a educação pode fazer – para o bem e para o mal: povos submissos,

“homens-bomba”, pessoas solidárias, etc. A educação é fruto da cultura e sociedade na qual está inserida, sendo que esta tem papel determinante no modelo a ser seguido.

Reboul (2000, p. 28) afirma que “educação implica em um contexto de ensinar e aprender, seja ela espontânea ou intencional, visto que viver é um contínuo processo de ensino/aprendizagem. Há uma natureza humana universal que consiste na possibilidade de aprender”.

Classicamente, pode-se definir a educação como sendo o meio pelo qual os seres humanos transmitem o conhecimento de uma geração à outra. Sendo, portanto, um fato eminentemente, humano. Mas, isto é pouco quando se considera as transformações e mudanças entre as gerações. Logo, não se trata de simples transmissão. As pessoas criam, constroem, modificam o entendimento sobre as coisas, interpretam a realidade de diferentes modos, intervindo de diversas maneiras.

O homem do início do século XX tinha conhecimentos, valores e modos de compreender o mundo, em muitos aspectos, diversos de alguém que vive neste início de século. O que propiciou esta modificação? Os seres humanos dependem profundamente da educação para a sobrevivência e evolução. Diferentemente dos animais, não possuem em seu código genético instrumentos que os permitam produzir sua existência. Tudo lhes é ensinado por meio da educação. Até o sorriso é um aprendizado. Sem a educação não sobreviveríamos. Neste sentido pode-se afirmar que o homem se faz por meio da educação.

Na História da Educação ocidental, mais especificamente, na cultura greco-romana o acesso à educação já nasce marcado pela desigualdade. A educação oferecida às crianças mostra claramente a distinção entre as classes, servindo para estabelecer as relações de poder e legitimá-lo. A que e a quem serve a educação? Pergunta que deve permear o estudo da educação em qualquer tempo ou sociedade. Pois sempre encontraremos, alguém ou algum grupo, definindo qual a melhor educação, “para que” e “para quem”.

A educação também atua sobre a vida e o crescimento da sociedade, em dois sentidos: no desenvolvimento de suas forças produtivas (formação dos profissionais) e no desenvolvimento de valores culturais, podendo sofrer variações diante de valores sociais novos, estando, portanto longe de afirmar a existência de uma educação universal.

Com isso se pode concluir que a educação é utilizada na sociedade como um importante meio para reforçar as desigualdades sociais. Se a educação promove a desigualdade ou referenda a que já existe, por que defender a educação? Na verdade, as pessoas preservam um tanto de si

mesmas, de suas histórias e origens, que mesmo a educação formal, com todo seu aparato repressor, não consegue suprimir. O ser humano, ao mesmo tempo em que reproduz a cultura na sociedade, por meio da educação, também cria. É impossível controlá-lo integralmente.

As classes dominadas aprenderam a recriar a educação de diversas formas (comunidades de bairro, nas comemorações, festas tradicionais...) e propagá-la aos mais jovens, preservando e disseminando um saber alheio às convenções macro-sociais, resistindo, embora, muitas vezes de modo silencioso, à invasão de outro saber. Segundo Brandão (1989), a esperança na educação se fundamenta em acreditar que o ato humano de educar existe tanto no trabalho pedagógico, quanto no ato político que se trava por outro tipo de escola, por outro tipo de mundo. A educação pode ser ao mesmo tempo, movimento e ordem, sistema e contestação.

Afinal, “para que serve a educação?” “Para que aprender?” Nas sociedades primitivas a educação familiar, essencial para a sobrevivência humana, dava conta de ensinar o que era importante e imprescindível para a preservação da espécie e do convívio no grupo. Trata-se da educação assistemática: nada planejada, mas coerente – aprendia-se a fazer fazendo, um aprendizado para a vida, na rede de troca mais persistente e universal da sociedade humana que é a família.

A educação pode ocorrer onde não há escola e por toda parte pode haver estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra. A evolução da cultura humana levou o homem a transmitir conhecimento, criando situações sociais de ensinar-aprender-ensinar. Com a complexidade da sociedade, a educação deixa de se restringir apenas ao núcleo familiar passando a ser realizada de modo mais planejado e intencional, por meio de preceptores contratados para educar as crianças e mais tarde pelas instituições como a Igreja, e por fim as escolas. Sendo que nestas, os conteúdos das aprendizagens não se restringem apenas às necessidades imediatas de sobrevivência, mas se multiplicam em quantidade e profundidade. “Para que aprender” passa a ter outras implicações e intencionalidades.

Para Brandão (1989) a educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar e aprender e quando ela se sujeita à pedagogia torna-se ensino formal, cria situações próprias para seu exercício e constitui executores especializados. É quando aparecem escolas, alunos e professores.

Na atualidade, ouvimos muitos discursos defendendo a educação como um meio imprescindível para tornar o ser humano melhor. Mas melhor em quê? Melhor para quê? Para

quem? A educação não é neutra, está imersa no tecido social, cujos valores e conhecimentos procedem de uma sucessão de ocorrências existenciais, portanto, não são frutos de uma natureza humana estável. Por isso, o que se defende como importante ensinar e qual ser humano queremos formar, varia de uma sociedade para outra, no tempo e no espaço.

Contudo, uma coisa é fato: aprende-se a ser humano pela educação, o que consiste em desenvolver as potencialidades de cada um. Dizer que um ser humano é melhor ou pior que outro, depende para qual sociedade.

Em qualquer tipo de sociedade, a educação é um meio de transmissão dos conhecimentos acumulados pela humanidade: a linguagem, o pensamento, as técnicas, as ciências, as artes, a moral, a religião, os valores, costumes, sentimentos, modos de expressá-los, etc. O que difere são os conteúdos desses conhecimentos que assumem especificidades nas diferentes culturas.

Segundo Reoul (2000, p. 22),

se o conteúdo da educação é variável, a necessidade de ser educado é universal, porque ela é inerente ao homem. A natureza humana é o que exige ser educado; é também o que faz que a educação não seja tudo. Inversamente, se a educação não pode tudo, não se pode nada sem ela.

Mas, qual a melhor educação? Ao que se responderá: Depende, para qual sociedade? Sociedades conservadoras educam pessoas mais submissas, obedientes... Sociedades democráticas educam pessoas mais criativas e questionadoras. Na verdade, qualquer tipo de sociedade é altamente complexa e paradoxal, ao mesmo tempo em que busca a manutenção da ordem e conservação precisa se renovar para não se extinguir. Justamente por isso a educação deve preparar para a complexidade e evolução. Independentemente de que educação se defenda numa sociedade, o objetivo precípua dela é (ou deveria ser) tornar o homem mais humano. Humanizá-lo é torná-lo esclarecido, consciente de sua condição e de suas possibilidades, tirando-o da situação de ignorância, na qual perde sua identidade, sua essência<sup>42</sup>. Portanto, acima dos chavões de educação para formar cidadãos ou “bons” trabalhadores, de um ponto de vista universal – e isso vale para o ser humano em qualquer parte do planeta – a educação deve tornar

---

<sup>42</sup> No modelo de produção capitalista, o homem perde sua essência, sua identidade quando se aliena do seu trabalho, exercendo-o mecanicamente. Aqui a educação pode ser uma bandeira de luta no sentido de humanizá-lo, conscientizando-o, dentre outras coisas.

as pessoas humanas, capazes de se comunicar independentemente da cultura, pois têm a mesma essência, para tanto precisam se respeitar, enxergarem-se como iguais, embora diferentes.

Fala-se tanto em educação inclusiva, mas ela só o será de fato, na medida em que a educação, realizada em qualquer parte do mundo, vislumbre esses aspectos.

No capitalismo, a educação está fortemente atrelada à lógica de mercado. Embora seja defendida como um recurso humanizador, não podemos nos esquecer de seu uso como mercadoria.

O professor precisa estar consciente dessas contradições e do quanto a educação pode ter um caráter ideológico, determinado pela classe dominante, decorrendo disso a importância de uma reflexão que questione o sentido, os valores e objetivos da educação.

Neste contexto, qual o papel ocupado pela escola na educação? Não dá para falar em educação sem lançar um olhar cuidadoso para a escola – espaço institucionalizado para a ação educativa. É uma instituição de caráter genuinamente social. Numa observação mais atenta, percebemos a dupla função da escola: preparar as gerações mais novas para o aprendizado de uma profissão que exercerão na sociedade, distinguindo uns dos outros, pois assumirão diferentes papéis e garantir a unidade da nação, ensinando a mesma linguagem, os mesmos saberes fundamentais, os mesmos valores, enfim a cultura. Ao que se pode acrescentar:

Segundo o marxismo a escola tem como utilidade o benefício de uma classe, no caso da sociedade capitalista, a escola está a serviço da classe dominante. A escola tem como função unificadora inculcar a ideologia, reproduzindo as desigualdades. (Reboul, 2000, p. 28)

O que se pode denominar como uma terceira função da escola, que a torna um marco das desigualdades sociais. É inegável, como nas sociedades capitalistas há uma escola para o pobre e outra para o rico, isto vale para todos os níveis e modalidades de ensino. Em termos de Brasil, na Educação Infantil, temos uma escola assistencialista e “cuidadora” para as crianças carentes e uma escola mais “educativa” para as crianças de classes mais favorecidas; no ensino fundamental, o abismo é ainda maior, temos de um lado uma escola que sequer dá conta de alfabetizar, em contraposição a escolas de conteúdos densos e diversificados para as elites. A universidade é a grande contradição: as públicas são “povoadas”, mais de 70%, pelos alunos egressos da rede privada, enquanto os alunos da rede pública, caso queiram fazer graduação,

migram para as Instituições de Ensino Superior, pertencentes à rede privada. Agora com mais uma opção que é o ensino superior na modalidade a distância, assunto dessa pesquisa.

Se defendemos uma educação que humaniza, pode a escola sendo tão desigual favorecer isto? Na prática há brechas, pequenas, mas algumas escolas e determinados professores podem fazer alguma diferença.

Há uma grande mobilização em defesa da escola integrada à comunidade, incentivando que a mesma se expanda para além dos muros, envolvendo outros movimentos educativos.

A Universidade como instituição voltada para a educação, também tem importante papel na formação das pessoas e sociedade. Ela tem por função realizar a formação profissional e cultural dos estudantes, ao mesmo tempo em que deve investir em pesquisa, produzindo novos conhecimentos. Ao lado da inovação, a universidade tem o papel de preservação do patrimônio cultural que identifica um povo e a própria humanidade. É espaço de preservação e criação, de modo crítico e reflexivo.

No Brasil, essa dupla função é facilmente percebida nas universidades públicas. Já nas universidades de iniciativa privada o investimento em pesquisa é bem menor, predominando o primeiro aspecto. O que é um prejuízo, pois o ensino deveria ser inseparável da investigação, entendida como o aprofundamento de estudos e pesquisa de novos saberes, livre, desinteressada, cujos resultados possam ser publicamente difundidos.

Seja a escola ou a universidade, trata-se de instituições educativas pelas quais as gerações mais novas costumam passar, no intuito de aprenderem muitos conteúdos e principalmente de aprenderem a pensar reflexiva e criticamente acerca desses. Será que estão dando conta desse aspecto? O que a escola fez com a educação? A escola precisa preservar-se como local para viver e conviver, pois é nesse contexto que ocorrem as aprendizagens. É um local provisório, do qual os estudantes sairão ou deveriam sair mais humanizados e, preferencialmente, mais criativos – aspecto difícil de ser alcançado, pois na prática, a escola é uma instituição mais tradicional do que inovadora, mais reprodutora do que criativa, promovendo uma educação predominantemente conservadora.

Severino (1994) indica que na escola a atividade curricular e o trabalho pedagógico desenvolvido são meios para alcançar um fim que é a própria existência humana, portanto a existência humana não é uma coisa dada. É por meio da educação que as novas gerações vão sendo mais humanizadas. Trata-se de um processo em construção.

Nesse aspecto, a Filosofia da Educação tem grande relevância, não só na formação inicial do professor como na definição do sentido de sua atuação profissional, pois sua ação tem influência direta na construção desse ser humano.

### **Filosofia da Educação**

Nada de conclusivo pode ser dito acerca da Filosofia da Educação numa única definição.

Para Saviani (2002, p. 22 e 23),

a filosofia da educação é uma reflexão (radical, rigorosa e de conjunto) sobre os problemas<sup>43</sup> que a realidade educacional apresenta. [...] e terá como função acompanhar reflexiva e criticamente a atividade educacional de modo a explicitar os seus fundamentos, esclarecer a tarefa e a contribuição das diversas disciplinas pedagógicas e avaliar o significado das soluções escolhidas. Com isso, a ação pedagógica resultará mais coerente, mais lúcida, mais justa, mais humana, enfim.

Segundo Reboul (2000, p. 9 e 10) “a filosofia da educação será uma interrogação; não um corpo de saberes, mas o por em causa tudo o que sabemos ou julgamos saber sobre a educação. [...] Um educador filosofa a partir do momento em que reflete sobre o sentido da sua tarefa e se interroga por que, ou melhor, para que faz o que faz.”

Para Nuno Fadigas, a Filosofia da Educação é mais que pura reflexão, implica num movimento de pensamento que produz, cria, faz emergir o novo, o diferente. Não se trata de uma filosofia qualquer, tampouco um filosofia aplicada, pois é produzida dentro do campo da educação. “A Filosofia da Educação é uma criação de conceitos em relação com a educação” (Fadigas, 2003, 78). Para ele, a Filosofia da Educação se faz tomando a educação como imanência, sendo a Filosofia da Educação, filosofia.

Não é uma ciência da educação porque o formato epistemológico a que obedece a ciência (e com ela, as ciências da educação) não lhe é adequado. Não é uma qualquer filosofia da educação porque existem filosofias da educação, ou talvez melhor, atitudes filosóficas na sua relação com a educação que se satisfazem com as meras ações de reflexão, contemplação, comunicação negligenciando todo o poder criativo da filosofia da educação. (Fadigas, 2003:71)

---

<sup>43</sup> Problema entendido aqui como uma questão cuja resposta se desconhece e se **necessita** conhecer.

Nessa visão, pode-se entender a educação como um plano, um corte, a partir do qual conceitos poderão ser criados.

Das definições relacionadas, pode-se perceber que nas duas primeiras predomina uma visão de Filosofia da Educação de caráter reflexivo, crítico e questionador. A terceira aponta para uma atividade de criação. Talvez, na prática, elas se complementem, pois ao buscar a compreensão profunda da realidade educacional, por meio de um rigoroso e integral trabalho de reflexão acerca dos fundamentos teóricos e práticos da educação, a atividade educativa é questionada, sua relação com a sociedade e o sentido e valor da vida humana também. Nesse percurso, novos e diferentes conhecimentos podem ser criados.

Considerando-se esses aspectos, acaba predominando no Ensino de Filosofia da Educação uma preocupação em promover entre os estudantes um avanço no pensamento que os permita estudar a educação (seu sentido) numa perspectiva rigorosa e despojada de preconceito ou fundamentada em opiniões barateadas e corriqueiramente propagadas nas mídias e nas conversas informais. Não se pode esquecer que todo mundo formula opiniões sobre essa temática, mas compete ao profissional da educação a compreensão da importância, do sentido e do uso que pode/deve ser feito da educação. Disso, pode-se concluir que a Filosofia da Educação e os métodos implicados no seu fazer não são, nem devem ser privilégio de uma elite intelectual que pensa a educação em seus gabinetes, mas implica numa ação a ser realizada por todo docente nas suas práticas cotidianas de forma consciente e sistemática.

Muito do desânimo docente e das doenças profissionais que acometem os professores, decorrem da falta de sentido de sua prática. Alguns trabalham por anos a fio esperando o momento da aposentadoria. Esse é o sentido do seu fazer? Claro que há outras questões implicadas nesse mal-estar docente, decorrentes da jornada de trabalho excessiva, dos baixos salários, mas também da falta de um sentido para a sua ação.

Mas como ensinar Filosofia da Educação de modo a conduzir os estudantes, futuros professores, a assumirem uma atitude filosófica mediante a prática educativa? Em outras palavras, como levar o professor a filosofar? Principiando por ajudá-lo a romper com o modelo estereotipado de aluno ou com o modelo ideal. Ele precisa ter consciência de quem é o sujeito concreto com o qual irá defrontar-se cotidianamente em sua ação educativa. Mais que isso, precisa ter clareza da complexidade dos problemas educacionais existentes, os quais não se restringem a dificuldades de aprendizagem, passam por questões ideológicas acerca das quais o

professor precisa compreender com profundidade, a fim de que perceba a função social de sua profissão, mas consciente dos limites e possibilidades da educação no contexto social. Por meio da reflexão filosófica acerca da educação, o professor deve estabelecer uma relação entre a teoria e a prática. Aspecto muito descuidado na ação educativa: a teoria caminha, no discurso do professor, para um lado e a prática para outro. Um exemplo atual disso é o discurso (já esvaziado de sentido) da formação do aluno crítico e cidadão, mas na prática muitas turmas continuam abarrotadas de alunos enfileirados, copiando matéria da lousa, respondendo questionários nada reflexivos, massacrados por um ensino que apenas reproduz as práticas realizadas há décadas.

O ensino de Filosofia da Educação precisa trazer essas questões para o debate, pois as mesmas se constituem em sérios problemas educacionais que atribuem à educação apenas um caráter conservador e alheio às questões de seu tempo. Por isso, a importância de apresentar aos estudantes a forma como as diferentes correntes filosóficas conceberam a educação, buscando nos grandes mestres a compreensão de como a educação foi pensada, tirando lições que os ajudem a discutir e confrontar as diversas correntes, para finalmente olharem de forma mais criteriosa e crítica para os problemas atuais, propiciando aos professores uma posição reflexiva sobre os mesmos. E o que não falta à realidade educacional atual são problemas, o que exige dos profissionais da área uma atitude filosófica de reflexão que não pode ser parcial, nem preconceituosa, mas radical e crítica com relação aos fatos e questões pedagógicas.

Pode-se concluir que a Filosofia da Educação tem muito a contribuir, pois ainda há uma grande distância entre o que se pensa e o que se pratica em educação, desde o nível mais elementar. A prática educativa está impregnada de um discurso, que em certas ocasiões, em nada coincide com a realidade, pois, ao mesmo tempo em que se pleiteia uma sociedade democrática, reprime-se os alunos, definindo até mesmo os horários para irem ao banheiro; fala-se em autonomia, mas determina-se a cor do lápis que o aluno deve utilizar, ou mesmo organiza-os em fila para tudo; defende-se o aluno crítico, mas muitos professores se exaltam quando discordam de suas ideias ou têm preferência pelos alunos que pensam como eles; reivindica-se solidariedade, mas os alunos ainda se sentam enfileirados, para não ficarem conversando e perturbando a aula, ou ainda são motivados a competir o tempo todo, sendo que, em determinadas atividades só os melhores participam; espera-se alunos criativos, mas a rotina da escola é imutável, todos os dias ocupam-se os mesmos espaços para fazer as mesmas coisas – é quase um ritual; valoriza-se a leitura acima de tudo como algo prazeroso, mas as práticas ainda

persistem em sínteses ou resumos de livros e as artes se reduzem, na maioria das vezes, a desenhos figurativos, sem respeito às marcas e criação dos estudantes, culminando na exposição pública apenas dos melhores.

Não querendo cometer injustiça, há práticas de ponta, consideravelmente coerentes com os discursos, mas certamente não compõem a maioria.

É preciso problematizar essas práticas contraditórias com seus discursos. Compete à Filosofia da Educação questionar o sentido desses fazeres. E, mesmo com todo o questionamento e coerência que a Filosofia visa a alcançar, a educação é um risco, pois nunca se sabe exatamente onde vai dar. Educa-se seres livres e por mais que se queira controlá-los, felizmente, transgridem algumas regras (e muitas vezes) apesar da escola.

O Ensino de Filosofia da Educação deve sim se preocupar em oferecer subsídio teórico para que o estudante possa construir um pensamento que o permita compreender o sentido da ação educativa, o papel da escola e do professor na sociedade e, acima de tudo, aonde se quer chegar quando se opta por determinado modelo educacional. Mais que isso é instrumentalizar o professor para defender determinado conteúdo, metodologia ou forma de avaliação, pois esse conjunto de elementos dá o “tom” e explicita a intencionalidade que há por trás de toda prática educativa. Esse aporte teórico, o professor vai buscar na história da Filosofia da Educação, nos diferentes pensadores e suas correntes, nos modelos educacionais defendidos nos diversos tempos históricos.

Esse estudo sério e rigoroso possibilita que o professor se conscientize da relevância de seu papel educacional, da importância em ocupar seu lugar como autoridade no assunto<sup>44</sup>, ainda que consciente de suas limitações, pois o modelo sócio-econômico vigente, muitas vezes, contraria o desejo e a busca de uma escola menos injusta e desigual.

Para Severino (1994, p.79), o papel do professor não é apenas universalizar as conquistas culturais, precisa também ser capaz de fazer a crítica dessas culturas, das ideologias. Ele não pode ficar apenas reproduzindo os valores da tradição, precisa avaliá-los até para poder desenvolver o trabalho com as gerações mais novas, sem perder de vista o papel humanizador da

---

<sup>44</sup> O professor mais que desacreditado, não tem consciência da relevância de seu papel na sociedade, talvez por despreparo ou mesmo por baixa autoestima, permitindo que todos digam o que deve fazer, ficando à mercê da política partidária de plantão, de parceiros, Organizações Não Governamentais (ONGs), “Amigos da Escola” ou outros que ficam o tempo todo lhe dizendo o que deve fazer.

Raramente alguém discorda de um médico quando este lhe prescreve um remédio (não há “amigos do médico”), mas todos se acham preparados para opinar acerca do que deve ser ensinado aos meninos e meninas e quando.

educação. Caso não esteja atento a isso pode ocorrer exatamente o oposto – a desumanização, que decorre da alienação<sup>45</sup>. Compete ao Ensino de Filosofia da Educação fazer esse esclarecimento, chamando a atenção para que a prática docente seja um trabalho mais liberador, com vistas a uma sociedade menos opressiva e uma cultura menos alienante, que não sonegue o acesso ao conhecimento, mas o proporcione igualmente para ricos e pobres, não importa em qual local. Com vistas a esta meta, o trabalho em equipe precisa ser valorizado, as programações devem ser discutidas, articulando os conteúdos, numa visão interdisciplinar cujo projeto propicie a formação do humano, que debate, critica, participa, assume e cobra responsabilidades. Trata-se de uma atuação de caráter eminentemente político, pautada numa ética<sup>46</sup> que deve reforçar a solidariedade nas mediações concretas.

Sendo o conhecimento a principal ferramenta da educação, a filosofia contribui problematizando-o. A humanidade produziu um vasto repertório de conhecimentos, mas que conhecimentos selecionar para trabalhar com os estudantes? Na verdade, na escola fazemos uma seleção daquilo que consideramos importante ser ensinado, à luz do modelo de homem que queremos para a sociedade na qual vivemos/desejamos. A Filosofia da Educação, como um importante campo de estudo na formação dos professores, deve promover neles preocupações e indagações que os levem a buscar o sentido de suas práticas, impondo-se e sendo ouvidos, pois são os principais responsáveis em apresentar, expor e propor os conteúdos selecionados. Cabe ao professor, mais que ao aluno, definir os conteúdos mais indicados a serem estudados.

Ainda que existam Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais, norteando os conteúdos a serem trabalhados com os estudantes, mesmo com as Avaliações Institucionais checando as aprendizagens deles por meio da verificação das habilidades e competências adquiridas, o professor é a mais importante autoridade educacional, responsável por enfatizar um conteúdo em detrimento de outro, por selecionar a ordem de apresentação do mesmo e até de excluir o que considera desnecessário ou inadequado.

O professor precisa ter ciência do verdadeiro fim da educação, da importância em instrumentar os estudantes com conhecimentos relevantes para viver melhor em sociedade, tanto do ponto de vista cultural quanto profissional. A inquietação dos educadores em motivar e satisfazer pessoalmente os estudantes procede e é alvo de estudo da psicologia, da didática, mas

---

<sup>45</sup> Processo pelo qual o homem se torna alheio a si, a ponto de não se reconhecer. (Abbagnano)

<sup>46</sup> Embora haja muitas concepções e nuances entre elas, compreende-se aqui ética como ciência da conduta.

isso é apenas um meio para alcançar o fim da educação: instruir o aluno no conhecimento (volte-se ele para o trabalho ou para cultura).

A Filosofia da Educação pode contribuir muito, pois ao despertar a capacidade de análise e crítica por parte do professor, contribui para que ele faça seleções de conteúdos pertinentes ao homem que se almeja para determinada sociedade. Esta seleção de conteúdos decorre de escolhas fundamentadas nas diversas correntes filosóficas defendidas por um modelo educacional. Por isso, é importante que o professor as conheça, investigando o que elas disseram acerca do conhecimento e suas relações com a educação. Caso contrário, a prática docente fica sustentada no senso comum, com professores realizando práticas e selecionando conteúdos oferecidos pelos livros didáticos ou com base em suas experiências enquanto estudantes, justificando suas práticas com os seguintes argumentos: “aprendi assim e deu certo”, “funcionou comigo, vai funcionar com meus alunos”, “aqui sempre foi assim”, “meu colega fez com a turma dele e foi bom, vou fazer com a minha também”.

Percebe-se nessas falas a escassez de repertório, de conhecimento teórico e o despreparo do professor. Há outras disciplinas que podem contribuir na formação do professor preparando-o melhor para a atividade docente, mas cabe à Filosofia da Educação a preocupação explícita de levá-lo a refletir criticamente sobre a importância e validade de seu trabalho e mais, ajudando-o a expressar formalmente o sentido e o fim de sua prática.

Mas “como a Filosofia da Educação pode contribuir para a preparação do profissional na Educação?” A Filosofia da Educação vai levar o futuro professor a uma reflexão acerca de sua formação e, sobretudo de sua prática. Se o professor não tem clareza das implicações de sua atuação, terá sérias dificuldades em lidar com os estudantes com os quais se deparará. Ele precisa compreender os propósitos de seu trabalho que são: integrar as novas gerações ao mundo do trabalho – a educação está intimamente ligada ao mundo do trabalho, mesmo que não profissionalize (é uma modalidade de trabalho) –, socializá-la em relação à cultura simbólica (o que significa partilhar/ser membro de uma sociedade) (SEVERINO, 1994, p 57).

A filosofia também se debruça para estudar e indicar os melhores processos de avaliação, tornando claros os critérios e, principalmente os valores em questão. Sempre se está avaliando: avalia-se os alunos, esses avaliam seus professores; avaliam-se currículos, programas de ensino, políticas educacionais e até mesmo o modelo de sociedade no qual todos estão inseridos. Aqui desponta mais uma questão: nossos professores são capazes de julgar práticas de

ensino, políticas educacionais? Com base em que valores? Provavelmente se acham capazes, mas via de regra, o fazem fundamentados mais em suas experiências enquanto estudantes do que em reflexões críticas e profundas levantadas pela Filosofia da Educação.

Na prática, os professores estão sempre apontando aos estudantes o que deve ser feito, dito e como devem proceder nas diferentes situações. Mas que tipo de comportamento deve defender o professor com suas turmas de alunos? Deve prevalecer o modelo que o professor acha moralmente correto ou o daquela comunidade/sociedade na qual estão inseridos? Trata-se de uma difícil questão a ser polemizada e discutida pela Filosofia da Educação nos cursos de Pedagogia. Até porque, há ainda outro aspecto a ser considerado: o fato de o professor trabalhar valores morais, ou outros, não garante que os estudantes atuem de acordo com o que aprenderam. Respondendo à questão levantada, o professor pode ajudar o estudante a tomar consciência do comportamento esperado para determinado tipo de sociedade, mas acaba prevalecendo nessa aprendizagem o modelo que o professor apresenta por meio de suas atitudes e práticas. O que mais uma vez justifica o tratamento a ser dado a esse assunto nos cursos de Filosofia da Educação, pois o professor precisa assumir uma posição consciente nesse aspecto, pois intencionalmente ou não, incute modelos de comportamentos e valores aos seus alunos. É evidente que o estudo de diferentes posicionamentos filosóficos (éticos) ajuda na compreensão do assunto, pois a questão dos valores pode ser analisada sob pontos de vista diversos: para os realistas de um modo, os idealistas de outro, para os pragmatistas sob outro aspecto e assim por diante. É importante que o curso de Filosofia de Educação indique diversos entendimentos, preparando o professor para escolhas mais críticas e isentas de preconceitos ou certezas irrefutáveis.

## **Capítulo 4**

### **CONCLUSÃO**

#### **POSSIBILIDADES, LIMITES, DESAFIOS**

É difícil analisar a EAD sem tomar por referência o modelo convencional. Nesse estudo, tentou-se evitar essa comparação, embora em alguns momentos isso tenha ocorrido. Não se pode esquecer que um não é oposto ao outro, a começar pelo entendimento do que seja presencial e a distância: em ambos os casos há presença, só que no primeiro ela é física, concreta, real e no segundo, virtual. Portanto, o aluno de uma maneira ou outra está presente e, embora se beneficie de ferramentas diferentes para se comunicar, tem anseios e limitações parecidos, pois nos dois casos procede de uma educação básica muito semelhante. O fato de optar por uma ou outra modalidade decorre de suas possibilidades econômicas, disponibilidade de tempo, condições de acesso aos polos, conhecimento ou não acerca da EAD e anseios/necessidades pessoais.

É neste contexto que se deu este trabalho que, ao definir as concepções acerca do que seja EAD, Educação, Filosofia e Filosofia da Educação, foi trazendo elementos para que se possa pensar nas possibilidades, limites e desafios ao ensino de Filosofia da Educação, considerando os recursos tecnológicos disponíveis no curso de Pedagogia ora estudado.

A indagação inicial partiu da possibilidade, ou não, de se ensinar Filosofia da Educação na EAD. Aprofundando, até que ponto é viável ensinar a filosofar sobre a educação?

Quisera poder apresentar uma única resposta, objetiva e definitiva. Mas, via de regra, isso não é possível em Filosofia e menos ainda nesta pesquisa. Ao longo da experiência e do presente estudo muitas dificuldades emergiram, algumas previsíveis, outras inusitadas, mas que deram um tom ainda inconclusivo. Em outras palavras, a questão é complexa com relação ao ensino de Filosofia da Educação na EAD, impedindo uma conclusão linear, pois onde se depara com alguma possibilidade para seu ensino, percebe-se seus limites e, portanto, seus desafios.

Pensando na possibilidade do Ensino de Filosofia da Educação na EAD, começarei definindo acerca de qual conteúdo mais indicado a ser trabalhado na formação de professores. Pelo que foi exposto, o estudo da história da filosofia pode ser considerado um modo de abordar a disciplina, especialmente se pensarmos que a maioria dos alunos tem, de um modo geral, pouco conhecimento sobre a produção histórica do pensamento humano, faltando-lhes, portanto, argumentos para defenderem ou fundamentarem suas ideias.

Aproximar-se dos pensadores clássicos e suas produções acerca da educação pode ser um ponto de partida interessante. Mas aqui já se pode deparar com um grande desafio que implica na escolha metodológica. Como fazer essa aproximação? Ler suas obras pode ser uma saída, mas é preciso ir além. Seria oportuno criar estratégias que permitam compreender qual o percurso de pensamento que os filósofos fizeram para alcançarem suas produções, propiciando um sentido mais efetivo à obra. Esse estudo histórico não precisa ser linear, pois um mesmo assunto pode ter sido abordado de diferentes modos em tempos diversos.

Além disso, é conveniente relacionar esse pensamento com questões atuais, favorecendo uma melhor compreensão do tema, instigando o estudante a encontrar o gênio criador e curioso nele adormecido, oferecendo elementos que o ajudem a problematizar a cultura, a sociedade e acima de tudo a educação, criticando e resistindo à cultura dominante ou oficial e experimentando outras possibilidades de pensamentos. Por isso, apenas ler as obras, não garante toda essa produção. A disponibilidade de outros materiais e a possibilidade de interlocução são recursos valiosos, especialmente, quando se almeja desencadear o exercício de filosofar.

Neste caso, é preciso contar com as ferramentas disponíveis na web para esse fim, ou seja, os canais de comunicação que podem favorecer a interlocução, que são o *fórum*, *bate-papo*, *correio* e mural, que promovem um diálogo escrito, muito interessante do ponto de vista do estudo, reflexão e documentação. Deseja-se fazer a interlocução, promover o exercício de filosofar e existem as ferramentas. Parece fácil, mas na prática não o é, pelos motivos já expostos anteriormente: os alunos que participam no fórum são a minoria; os que entram no correio e mural trazem mais questões de caráter burocrático-administrativo; o bate-papo, que seria um diálogo escrito, não está incorporado à cultura desse aluno; preferem o *MSN* ou *Orkut* para dialogarem entre si. Quanto aos professores, precisam estudar/aprender estratégias mais atraentes para chamarem esses ao diálogo. Aos programadores, compete a criação de ambientes análogos àqueles que os estudantes costumam participar na Internet, mais próximos da cultura digital deles.

Nesse modelo de EAD predomina o paradigma da aula expositiva, centrada no professor, num monólogo literal, no qual ele mesmo pergunta e responde. Claro que o fórum da aula ao vivo, feito via satélite, pode quebrar um pouco com essa situação, mas não se chega a estabelecer um diálogo, especialmente se partirmos do modelo socrático como parâmetro.

Se o diálogo, tão caro ao filosofar, encontra consideráveis empecilhos, como promover um ambiente favorável à formação de um profissional crítico da sociedade e da educação e consciente de seu papel? Tarefa difícil em qualquer modalidade de educação e mais ainda aqui. Mas há um elemento chave nesse processo que é o professor que atende os alunos nos polos, com o qual se encontram presencialmente, nos dias definidos para as aulas via satélite, uma vez por semana, e que pode contribuir muito como interlocutor. Mas para isso, a instituição precisa investir na formação desse professor integrada a do professor autor/tutor. O diálogo deve principiar por esses dois atores. Essa ponderação é procedente ao se considerar que nos polos, onde esse profissional é um pedagogo com boa formação, ao final da aula há espaço para ricas discussões, sendo que alguns desses professores chegam a postar no fórum as conclusões de seu grupo, apontando se os alunos compreenderam o conteúdo apresentado, as dúvidas que tiveram/têm, ou a qual conclusão chegaram. Nesse caso, a aula não termina no professor autor/tutor. Há desdobramentos valiosos do ponto de vista da Filosofia. Lamentável é que nem todos os polos procedam da mesma maneira, nem todos os professores estejam devidamente preparados e nem tudo seja socializado com o professor autor. Isso prova que, embora a autodeterminação do aluno para aprender seja relevante, ele necessita do professor para acompanhá-lo, “ombreado sua aprendizagem e auxiliando-o a interpretar suas descobertas” (CAMPOS, 2009, p.289), por isso, um modelo de EAD que não invista no apoio constante e próximo do professor para com seu aluno deve ser analisado com prudência, e para o ensino de Filosofia da Educação pode culminar num enorme prejuízo.

Disso depende-se outro fator do qual a EAD não pode abrir mão: os encontros presenciais, que embora não sejam diários, são imprescindíveis, não devendo se restringir aos momentos de avaliação como determina a lei, pois, se bem estruturados, podem ser uma valiosa oportunidade de aprendizagem, troca, esclarecimento, socialização e solidariedade entre os envolvidos. Aspecto relevante para a permanência do aluno no curso.

Evidentemente que instituições que enfatizam o autoestudo empregam a maioria dos recursos e esforços na produção de materiais didáticos de excelente qualidade distribuídos por veículos de massa, menosprezando o investimento nas interações.

Na prática, se observa com efeito: quanto maior a acessibilidade ao material impresso de rádio e de televisão, proporcionada, por exemplo, pelo emprego dos meios de massa, tanto maior o número de estudantes e tanto mais esporádica e escassa a interação direta entre docentes e discentes. Essa situação, constatável em grandes universidades a distância, é criticada por muitos especialistas da educação a distância. Pois eles são de opinião de que não bastaria proporcionar aos estudantes apenas um estudo próprio isolado com a ajuda de materiais didaticamente elaborados. Pelo contrário, dever-se-ia possibilitar-lhes, em primeiro lugar, o **diálogo** com os docentes e outros estudantes, porque nisso consiste o verdadeiro fundamento do estudo científico. (PETERS, 2006, p. 34)

Nesse aspecto, especialmente pensando no ensino de Filosofia da Educação, no perfil de aluno real, com o qual se depara cotidianamente, defendo o modelo que implique na promoção do maior número de oportunidades favoráveis à realização de diálogos, altamente indicados ao sucesso do estudo, sobretudo esse que se dá no ensino superior. Não se pode esquecer que esse é um fator preocupante do ensino em todas as modalidades, mas devido à necessidade de atender grande número de alunos, em muitas unidades educacionais, a oportunidade do diálogo acaba sendo deveras descuidada.

Outro ponto, que qualquer instituição que queira promover a EAD deve se preocupar, diz respeito ao público que pleiteia alcançar: traçar o perfil do aluno ingressante faz diferença. Analogamente ao caso da *Open University* – que optou por não aceitar recém egressos do ensino médio, por considerar que, entre outras coisas, a automotivação dos estudantes adultos favorece a permanência e aprendizagem destes, propiciando a formação de um grupo mais homogêneo quanto às necessidades e expectativas – as instituições também precisam se posicionar. Vários estudos indicam que o sucesso da EAD pressupõe um perfil de aluno com algumas especificidades, dentre elas que tenha autonomia, seja independente, domine as ferramentas tecnológicas, seja capaz de administrar seu tempo com disciplina, tenha hábitos de estudo e pesquisa. Mas onde está esse aluno? Na verdade,

muitos estudantes encontram dificuldades para responder às exigências de autonomia em sua aprendizagem, dificuldades de gestão do tempo, de planejamento e de autodireção colocadas pela aprendizagem autônoma. Muitos se acham despreparados, têm problemas de motivação, tendem a se culpar pelos insucesso e têm dificuldades de automotivação. O primeiro grande desafio a ser enfrentado pelas instituições refere-se, portanto, mais a questões de ordem socioafetiva do que propriamente a conteúdos ou métodos de cursos; mais a estratégias de contato e interação com os estudantes do que a sistema de avaliação e produção de materiais... Se a motivação e a autoconfiança do aprendente são condições *sine qua non* do êxito de seus estudos, o primeiro contato com a instituição é crucial: informações claras e honestas (e não de *marketing* e publicitárias) sobre os cursos e seus requisitos, oferta de cursos de preparação e nivelamento para aqueles que necessitam, serviços eficientes de informação e de orientação são básicos para assegurar o ingresso e a permanência do estudante no ensino. (Belloni, 2003, p. 39-40)

No caso da instituição em estudo, no momento em que está sendo realizada essa pesquisa, esses aspectos começam a ser pensados. Um curso optativo, na área de Comunicação e Matemática está sendo oferecido aos alunos que sentem muita dificuldade<sup>47</sup>. Talvez o professor possa mediar isso, indicando aos alunos essa possibilidade e divulgando essa oportunidade, o que já é feito com os estudantes do curso presencial. Outro cuidado diz respeito ao uso das ferramentas disponíveis na WEB, além das instruções existentes no *site* e nas *aulas web*, nos intervalos das aulas via satélite, a Coordenação do curso e/ou a equipe de suporte tecnológico-administrativo, exhibe propaganda orientando os alunos, quanto ao uso e finalidade de cada ferramenta e isso é apresentado reiteradas vezes.

O perfil de aluno autônomo é muito interessante para a instituição, pois comporta um professor para atender grande número de alunos, visto que será pouco solicitado, e tem como vantagem o fato de ser uma produção simples, consideravelmente barata, padronizada, pois se trabalha com um modelo no qual as diferentes disciplinas são enquadradas. Mas para que tenha êxito, precisa contar com todos os aspectos citados anteriormente no que diz respeito ao desempenho e maturidade do aluno. Pelo discurso dos alunos, embora a maioria não tenha os quesitos relacionados, esse formato de curso não lhes incomoda muito, exceto quando se sentem prejudicados com notas baixas. Muitos reivindicam conteúdos mais fáceis e cobranças mais amenas por parte de seus professores.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Não há custos extras, porém, a oferta de vagas e a procura pelos cursos ainda são incipientes, se levarmos em consideração a quantidade de alunos com dificuldades.

<sup>48</sup> Fato explicitado por alguns alunos no fórum, quando escrevem aos seus professores relatando suas dificuldades econômicas, pessoais e acadêmicas, “suplicando” a esses que sejam generosos em suas avaliações, outros recorrem

Para muitos deles, a EAD é um atalho para alcançar a escolaridade almejada. Esquecem-se, ou não têm consciência, de que a seleção mercadológica é perversa e implacável ao recrutar os melhores. Certamente, nesse momento, irão criticar a formação recebida e só aí terão consciência das oportunidades perdidas e das escolhas feitas.

Por isso, no momento de selecionar o conteúdo a ser estudado em Filosofia da Educação, talvez não seja indicado ter parcimônia na dosagem do mesmo. Sintetizá-lo ou empobrecê-lo só vai reforçar a formação precária de muitos estudantes que terão um diploma que pouco lhes servirá, afinal faltar-lhes-á o essencial que é o conhecimento. Por outro lado, investir num currículo que não seja um acúmulo linear de informações, que promova no estudante a criatividade, o espírito crítico e investigativo, tão caros a esse nível de ensino, é uma ousadia, pois implica no risco de encarecer os cursos, reduzir lucros e com isso, “perder” alunos.

Ensinar Filosofia da Educação é também fazer a crítica aos sistemas de ensino, em seus níveis e modalidades, caso contrário acaba sendo um estudo estéril. Porém, feitas as devidas críticas, análises e reflexões, é possível apresentar algumas proposições, Mas, como fazer-se a própria crítica? Principiando pelo estudo dos autores clássicos, refletindo acerca do modo como pensaram/compreenderam a sociedade e, por conseguinte a educação. Estabelecendo relações dessas ideias com o pensamento/sociedade atual, com a escola e seus atores. Contribuindo para que o aluno faça apontamentos e tire conclusões fundamentadas nos estudos anteriores, superando a posição de refém de modismos, autoritarismos e partidarismos que tornam a educação subserviente e acrítica. Tarefa heróica, mas possível se houver a chance de contar com um modelo que favoreça mais o diálogo e que conte com parceiros bem preparados e esclarecidos nos respectivos polos.

Toda essa abordagem acerca do pensamento crítico, no Ensino de Filosofia da Educação, tem como objetivo a formação do estudante de Pedagogia, que não se restringe a esta disciplina, mas tem nela o ponto agudo, não apenas para a formação do estudante, mas do ser humano que lá está.

---

dos resultados dessas pedindo notas, às vezes décimos, para alcançarem a média. Recentemente, uma aluna escreveu-me que havia sido aprovada nas disciplinas do módulo anterior, e pediu-me que fosse generosa nas correções, pois o curso estava ficando cada vez mais difícil e se ficasse retida na disciplina, não teria condições de pagar. O que me chamou a atenção foram os erros ortográficos que cometeu ao escrever. Orientei-a que se quisesse alcançar tal intento, deveria começar enviando-me novamente o texto devidamente revisado. Pois essa é a primeira de muitas condições para que obtenha êxito em sua profissão. Ela não o fez.

É provável que parte do que há de negativo nos resultados relacionados ao desempenho dos alunos desde o Ensino Fundamental, passando pelo Ensino Médio e chegando ao Superior, tenha muita relação com o *perfil humano* do sujeito que se define professor.

Nesse sentido, o Ensino de Filosofia da Educação pode/deve promover a reflexão e definição de valores acerca do que seja relevante para a educação tanto com relação à seleção de conteúdos quanto da metodologia, vislumbrando com clareza o aluno que se quer formar e o perfil necessário de professor para tal intento.

Outro aspecto que muito contribui para o desempenho acadêmico do estudante de Filosofia da Educação é a realização de pesquisa, pois essa implica numa metodologia que envolve, a problematização de um tema/assunto, a busca de conteúdos que ajudem a compreendê-lo e responder as dúvidas, se possível, a elaboração de conclusões próprias, à luz do que foi investigado, enfim, elementos inerentes ao exercício de filosofar e de competência do ensino universitário. No entanto, na experiência aqui relatada, o aluno não passa por essa vivência, quando muito, nas atividades avaliativas<sup>49</sup>, pede-se que pesquisem em algum material disponível em livros e Internet a fim de que respondam as questões, ao que reclamam muitíssimo, pois não têm esse hábito, ou melhor, não sabem e não gostam de fazê-lo.

Isso reforça a necessidade premente de uma formação que instrumentalize o aluno da EAD para atender às demandas desta, bem como seus professores, no intuito de acompanharem as transformações, investindo-se em comunidades de aprendizagens nas quais as pessoas se unam por objetivos e necessidades semelhantes, ajudando-se mutuamente, mediadas por um formador responsável<sup>50</sup>. Fato é que nesse ambiente virtual todos formam a todos, embora algumas atribuições sejam mais específicas para determinados papéis.

Cabe destacar o quanto aprendi nessa experiência como professora de Filosofia da Educação na EAD. Errando e acertando, ajustando o tempo todo. Tendo que administrar não só a aprendizagem das turmas a mim atribuídas, mas a minha própria.

---

<sup>49</sup> No modelo estudado nessa pesquisa, as aulas são sucedidas ou antecedidas por questões autocorrigíveis, ligadas ao conteúdo estudado por meio de sistema randômico: sistema que possibilita a autoavaliação do processo de aprendizagem no ensino a distância e que permite ao professor disponibilizar na *web* questões/testes do tipo múltipla escolha sobre os conteúdos ministrados. Forma-se um banco de questões que por meio do sistema randômico são selecionadas, aleatoriamente com questões e alternativas de respostas diferentes entre os alunos.

<sup>50</sup> Em toda formação está presente um “par avançado, em outras palavras, um professor. Função imprescindível em qualquer nível/modalidade de ensino.

A colaboração e a troca com os professores envolvidos na mesma empreitada muito contribuiu, mas faz-se necessário o investimento oficial por parte da instituição em estudo e pesquisa na área, que nos integrem interdisciplinarmente, constituindo uma equipe que pense a formação integral do aluno, por meio de um trabalho coletivo que ultrapasse as fronteiras das disciplinas.

Com relação ao exposto, o Estado tem um papel valioso como regulador da qualidade do trabalho realizado a distância. Foi possível comprovar isso, a partir do momento em que o MEC, para credenciamento<sup>51</sup> da instituição, agendou visita à mesma, incluindo alguns polos escolhidos aleatoriamente. Na iminência desta visita, a instituição se reestruturou na intenção de atender ao máximo os quesitos a serem avaliados. Dentre eles, contratou professores com títulos de mestre e doutor, buscou alcançar a quantidade mínima obrigatória exigida de titulados em todos os cursos, reduziu ao mínimo o número de professores horistas (a maioria está em jornada parcial ou integral). Criou o NDE em todos os cursos e agora estão sendo formados grupos de pesquisa nas respectivas faculdades. O MEC após a visita, ao avaliar todas as dimensões previstas em lei, deixou indicado o que precisa ser melhorado e o que está a contento, pautando-se inclusive nos Referenciais de Qualidade para a EAD.

Na prática, o impacto disso implicou diretamente na organização de um plano de carreira (em estudo) para os professores de modo a conciliar as exigências do MEC, com a sustentabilidade financeira da instituição. Afinal, essas mudanças implicaram num aumento na folha de pagamento, uma vez que quando se iniciou o trabalho na EAD, muitos professores não tinham ou não apresentaram sua maior titulação, como meio de manter-se no emprego.<sup>52</sup>

Isso prova que se o Estado se mantiver alerta e atuante, a qualidade das práticas promovidas na EAD podem alcançar níveis até mesmo satisfatórios, por meio dessas visitas *in loco* e também da Avaliação Institucional Externa (ENADE) que verifica o desempenho acadêmico dos estudantes.

---

<sup>51</sup> **Credenciamento e Recredenciamento:** Para iniciar suas atividades, as instituições de educação superior devem solicitar o credenciamento junto ao MEC. De acordo com sua organização acadêmica, as IES são credenciadas como: faculdades, centros universitários e universidades; inicialmente a IES é credenciada como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as respectivas prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade; o primeiro credenciamento da instituição tem prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para as universidades; o recredenciamento deve ser solicitado pela IES ao final de cada ciclo avaliativo do Sinaes, junto à Secretaria competente.

<sup>52</sup> Esse fato ocorreu na maioria das instituições da rede privada, nas quais mestres e doutores omitiam a titulação com receio das demissões em massa que aconteceram envolvendo esses profissionais.

Claro que a sociedade civil também pode acompanhar essas instituições, como usuária, inclusive, mas nem sempre ela contém o olhar crítico e rigoroso que esse tipo de ação demanda.

Por tudo o que foi apontado pode-se concluir que é possível ensinar Filosofia da Educação na EAD e a filosofar, mas depende do modelo a ser escolhido. Nesse caso, entende-se que os encontros presenciais são imprescindíveis; a formação dos professores (inclusive dos polos) para atuar nessa modalidade é inegociável; o investimento em trabalho com pesquisa, tanto por parte dos professores quanto dos alunos, é uma necessidade premente; o conhecimento do perfil do estudante que procura a modalidade a distância é fundamental; conceber princípios gerais que norteiem o “por quê” (fins) e “o quê” (conteúdos) ensinar deve se sobrepor ao enfoque nas tecnologias. Enfim, pensar filosoficamente a proposta de uma Filosofia da Educação a distância com todas as suas especificidades, mas sem abrir mão do rigor e do sentido da educação na formação humana das pessoas. Não se pode esquecer que as grandes questões filosóficas não se resolvem por meio de tecnologias educacionais, mas com reflexão, questionamento e indagando acerca das questões sociais, ideológicas e políticas que recaem sobre a educação.

Talvez, essas medidas reduzam ainda mais os lucros da instituição, mas podem contribuir para aumentar sua longevidade, pois crescerá lentamente, porém sustentada em alicerces sólidos que a médio e longo prazo podem torná-la uma referência na área.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ALMEIDA, Fernando J. **Aprendizagem colaborativa: o professor e o aluno ressignificados**. In: ALMEIDA, Fernando (organizador). *Educação a distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem*. São Paulo: MCT/PUC SP, 2001.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro, 1998.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- BARBOSA, Jânia do Valle. **Do giz ao mouse: a informática no processo ensino-aprendizagem**. In: COLOMBO, Sonia Simões (et al.) *Gestão Educacional: uma nova visão*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BARRETO, R.G. **Novas Tecnologias na Escola: Um Recorte Discursivo**. In: *Tecnologias Educacionais e Educação à Distância. Avaliando Políticas e Práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.
- BOCHENSKI, J. M. **Diretrizes do pensamento filosófico**. São Paulo: EPU, 1997.
- CAMPOS, Gilda Helena Bernardino de. **EAD: mediação e aprendizagem durante a vida toda**. In: LITTO, Fredric M. e FORMIGA, Marcos (orgs.). *Educação a Distância - o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- CATANI, Denice Barbara. **A Didática como Iniciação: Uma Alternativa no Processo de Formação de Professores**. In: CASTRO, Amélia Domingues de e CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (orgs.). **Ensinar a Ensinar – Didática para a Escola Fundamental e Média**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.
- CORREA, Juliane. **Novas tecnologias da informação e da comunicação; novas estratégias de ensino/ aprendizagem**. In: COSCARELLI (org). *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **A Escola e o Conhecimento**. São Paulo, Cortez, 2002.
- DEMO, Pedro. **Saber Pensar**. São Paulo: Cortez, 2002.
- DURANT, Will. **A História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

- EDUCAREDE: **Inclusão Digital na Escola**. v.1, São Paulo: CENPEC,2006. 5 v.
- FADIGAS, Nuno. **Inverter a Educação: De Giles Deleuze à Filosofia da Educação**. Portugal: Proto – Editora, 2003.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Eu: a janela através da qual o mundo contempla o mundo**. In: LEITE, Márcia e FILÉ, Valter. *Subjetividade, Tecnologias e Escolas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FIGUEIREDO, J.C. **Fundamentos históricos e filosóficos da educação**. Belo Horizonte: Júpiter, 1976.
- FOUGEYROLLAS, P. **A Filosofia em questão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- GALLO, Silvio. **A Filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade**. In: SILVEIRA, Renê J. T. e GOTO, Roberto (orgs). *Filosofia e seu Ensino: Caminhos e Desafios*. São Paulo, Edições Loyola, 2007.
- GALLO, Silvio. **Deleuze & Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003
- JAPIASSU, Hilton. **Um desafio à filosofia**. São Paulo: Letras & Letras, 1997.
- KENSKI, Vani Moreira. **O Papel do Professor na Sociedade Digital**. In: CASTRO, Amélia Domingues de e CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (orgs.). **Ensinar a Ensinar – Didática para a Escola Fundamental e Média**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- KOHAN, Walter. **Ensino de Filosofia – perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **Ortega y Gasset: a aventura da razão**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.
- LAUAND, Luiz Jean. **O que é uma Universidade?** São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LEVY, Pierre . **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- LITWIN, Edith. **Tecnologia Educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MAIA, Carmem e MATTAR, João. **ABC da EAD – A Educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson, 2007.
- MARQUES, Humberto Torre. **A tecnologia da Informação na Escola**. In: COSCARELLI (org). **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MARTIN-BARBERO, J. *Desafios Culturais da Comunicação à Educação*. Revista Comunicação e Educação. São Paulo: Segmento/USP, n. 18, 2000.

MARX, K. Para a crítica da economia Política. Prefácio. In: MARX, K. **Os pensadores**. São Paulo, Editor: Victor Civita/Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2005.

MORAN, José Manuel. **Tecnologias de comunicação e interação**. In: [www.eproinfo.mec.gov.br](http://www.eproinfo.mec.gov.br), 2006.

NISKIER, Arnaldo. **Filosofia da Educação: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Consultor, 1992.

NISKIER, Arnaldo. **Os aspectos culturais e a EAD**. In: LITTO, Fredric M. e FORMIGA, Marcos (orgs.). *Educação a Distância - o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

NUNES, Ivônio Barros. **A história da EAD no mundo**. In: LITTO, Fredric M. e FORMIGA, Marcos (orgs.). *Educação a Distância - o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. **Educação a Distância na Transição Paradigmática**. Campinas: Papyrus, 2008.

OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. **Fundamentos filosóficos da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PAGNI, Pedro Ângelo; SILVA, Divino José da. **Introdução à Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora AVERCAMP, 2007.

PETERS, Otto. **Didática do Ensino a Distância**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2006.

PIEPER, Josef. **Que é filosofar? Que é acadêmico?** São Paulo: EPU, 1981.

REBOUL, Olivier. **A Filosofia da Educação**. Lisboa, Edições 70, 2000.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e Ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **Do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Editores Autores Associados, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas, Editora Autores Associados, 2002.

SCHEIMBERG, Martha. **Educação e Comunicação: o Rádio e a Rádio Educativa**. In: LITWIN, Edith. *Tecnologia Educacional: política, histórias e propostas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da Educação – Construindo a Cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

SILVA, Ezequiel T. da. **Os (des)caminhos da escola: traumatismos educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SNYDERS, Georges. **Para onde vão as Pedagogias Não-diretivas**. São Paulo: Centauro, 2001.

SNYDERS, Georges. **Escola, Classe e Luta de Classes**. São Paulo: Centauro, 2005.

**REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA.**

Brasília, agosto de 2007.